



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
UTFPR – CAMPUS CURITIBA (PR)
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



EDNA HENRIQUE

**PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL, A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA
ESTADUAL EM RIBEIRA (SP).**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**CURITIBA (PR)
2012**

EDNA HENRIQUE

**PROGRAMAS DE INCLUSÃO DIGITAL, A PARTIR DA ESCOLA PÚBLICA
ESTADUAL EM RIBEIRA (SP).**

UTPR



Monografia de conclusão do Curso de especialização em Gestão Pública, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná - Campus Curitiba, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Prof. Orientador Jorge Carlos C. Guerra. LD

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

CURITIBA (PR)
2012

Dedico à minha família,
amigos, e a todos que me
estimularam a continuar
sempre.

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me concedido o dom da vida e o discernimento durante essa trajetória, fazendo com que os obstáculos fossem superados.

A minha mãe, que me aconselhou nos momentos de dificuldades e nervosismo, nunca deixando de me dar uma palavra de conforto.

Ao meu pai (in memoriam) que mesmo não estando presente fisicamente me da força, pois sua presença é constante em meus pensamentos.

Aos meus irmãos, principalmente o Marcos Paulo Henrique que sempre apoiou as minhas decisões.

A Coordenação da UTFPR pela oportunidade de estar finalizando mais um período acadêmico.

Ao Professor Orientador Jorge Carlos Corrêa Guerra, pela paciência, colaboração, orientação, palavras de incentivo e força.

Aos tutores presenciais e a distância, pela colaboração no decorrer do curso de especialização.

Aos gestores, professores e funcionários da Escola Estadual DIOGENES RIBEIRO DE LIMA, pela colaboração, compreensão e força, e pelas informações transmitidas a mim no decorrer da monografia. Em especial ao Diretor Benvindo R. de Lima Junior, pela autorização em utilizar informações relacionadas a escola e a Professora Marilisa Barros pela colaboração na revisão da monografia.

Ao meu amigo Edson de Jesus pela sua amizade, e pela colaboração na revisão da monografia.

Enfim, agradeço a todos que participarem e contribuíram de forma direta ou indireta para finalização desta monografia.

RESUMO

HENRIQUE, Edna. Programas de Inclusão Digital, a Partir da Escola Pública Estadual em Ribeira-SP. 2013. 65 fls. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Educação à distância - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

Este trabalho tem como objetivo, analisar o Programa ACESSA Escola na Escola Estadual Diógenes Ribeiro de Lima em Ribeira (SP), estudando o desenvolvimento dos alunos, com a inclusão de ferramentas tecnológicas no ensino-aprendizagem tradicional no Ensino Fundamental. A democratização das tecnologias, principalmente a informática, é importante para a inserção no mercado de trabalho, bem como o exercício efetivo da cidadania. Em especial na escola pública no Brasil há dificuldades para sua implantação, uma vez que a missão é “alfabetizar” a população digitalmente, utilizando o conhecimento adquirido para melhorar seu quadro social. A pesquisa tem como especificidade a observação da implantação do Programa ACESSA Escola do Governo Estadual, num colégio público estadual do município de Ribeira (SP), bem como procura sugerir melhorias na sua operacionalidade.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Inclusão Digital, Educação, Escola pública.

ABSTRACT

HENRIQUE, Edna. Programs of Digital inclusion from the state public school in Ribeira – SP. 2013. 65 fls. Monograph (Specialization in Public Management Municipal) – Distance Education – Federal Technological University of Paraná. Curitiba, 2013.

Analyze the College “Programa ACESSA ESCOLA” in the State School Diogenes in Ribeira de Lima Ribeira (SP), studying the development of students with the inclusion of technological tools in traditional teaching-learning in elementary school. The democratization of technologies, mainly informatics is important for entering the labor market, as well as the effective exercise in citizenship. In particular in the public schools in Brazil there are difficulties for their deployment, since the mission is “teach” the population digitally, using the acquired knowledge to improve is social framework. The research has a specificity the observation of the deployment of the program “Acessa Escola” of the State Government, in a state public college of the municipality of Ribeira, as well as demand suggest improvements in its operation.

Keywords: Public Policy, Digital Inclusion, Education, Public School.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 – Justificativa.....	14
1.2 – Objetivos.....	15
1.2.1 - Objetivo Geral.....	15
1.2.2 - Objetivos Específicos.....	15
1.3 – Metodologia.....	15
2 - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 - Inclusão digital no Brasil.....	17
2.2 - Políticas de inclusão digital no Brasil.....	20
2.2.1 – Programa Sociedade da Informação no Brasil.....	20
2.2.2 – PROINFO.....	22
2.2.3 – GESAC.....	24
2.2.4 - Projeto Casa Brasil.....	25
2.2.5 - Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos.....	26
2.2.6 - Projeto KHouse Profissionalizante.....	27
2.2.7 – Programa ACESSA São Paulo.....	28
2.2.8 – Programa ACESSA Escola.....	29
3 – METODOLOGIA DO CASO.....	33
3.1 - Caracterização do município de Ribeira (SP).....	33
3.2 - Caracterização da EE Diógenes Ribeiro de Lima em Ribeira (SP).....	36
4 - PROGRAMA ACESSA ESCOLA NA EE DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA.....	38
4.1- Algumas experiências de inclusão digital.....	39
4.2 - Resultados de pesquisa.....	41
4.2.1 - Dados de pesquisa com Alunos.....	41
4.2.2 - Dados de entrevista com Professores.....	51
4.2.3 - Sugestões de melhoria do Programa ACESSA Escola na E E Diógenes Ribeiro de Lima.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57
APÊNDICES.....	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT** – Associação Brasileira de Normas e Técnicas.
- Abrinq** – Associação Brasileira dos Fabricantes de brinquedos.
- APM** – Associação de Pais e Mestres.
- ATPC** - Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo.
- AVA** - Ambiente Virtual de Aprendizagem.
- BNB** - Banco do Nordeste do Brasil.
- BNDS** - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social.
- CCT** - Conselho de Ciência e Tecnologia.
- CIC** - Centros de Integração da cidadania.
- CD** – Disco compactado.
- CNPq** - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- CRID** - Centro Rural de Inclusão Digital.
- DE** - Diretorias de Ensino.
- DITEC** - por meio do Departamento de Infraestrutura Tecnológica.
- DVD** - Disco Digital Versátil.
- EF** – Ensino Fundamental.
- EM** – Ensino Médio.
- EMEI** – Ensino Municipal de Educação Infantil.
- EMTU** - Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos.
- FACED** - Faculdade de Educação.
- FDE** - Fundação para o Desenvolvimento da Educação.
- GAL** - Grupo de Apoio Local.
- GESAC** – Governo Eletrônico - Serviços de Atendimento ao Cidadão.
- GNU** – General Public License.
- HP** - Hewlett Packard.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- IBICT** - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.
- IDEB** - Índice do Desenvolvimento da Educação Básica.
- IDR** - Inclusão Digital Rural.
- IDESP** - Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo.
- INCRA** - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

ITIC - Índice Integrado de Telefonia, Internet e Celular.

Lidec - Laboratório de Inclusão Digital e Educação Comunitária.

MCT - Ministério da Comunicação e Tecnologia.

MEC - Ministério da Educação.

MDA - Ministério do Desenvolvimento agrário.

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

NEAD - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural.

NTE – Núcleos de Tecnologia Educacional.

ONG - Organização não governamental.

PBID - Programa Brasileiro de Inclusão digital.

PBLE - Programa Banda Larga nas Escolas.

PCOP – Professor Coordenador Pedagógico.

PLANIN - Plano Nacional de Informática e Automoção, do Ministério de Ciência e Tecnologia.

POPais - Postos Públicos de Acesso à Internet.

PPA - Plano Plurianual de Investimentos.

Prodesp - Processamento de Dados do Estado de São Paulo.

PROINFO - Programa Nacional de Informática na Educação.

PRONINFE - Programa Nacional de Informática Educativa.

PUC - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

QoS - Quality of service.

TIC –Tecnologia da Informação e Comunicação.

SAI - Sala ambiente de informática.

SEED - Secretária de Educação a Distância.

Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados.

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

TI - Tecnologia e Informação.

UFC - Universidade Federal do Ceara.

USB - Universal Serial Bus.

USP – Universidade de São Paulo.

VSAT – Via Satélite.

LISTA DE GRÁFICOS E TABELA

Gráfico 1 – Zona Rural ou Urbana.

Gráfico 2 – Possui computador em casa.

Gráfico 3 – Acesso a Internet em casa.

Gráfico 4 – Uso do computador.

Gráfico 5 – Recursos utilizados.

Gráfico 6 – Locais de acesso ao computador.

Gráfico 7 – Conexão da Internet.

Gráfico 8 – Frequência de acesso à internet.

Gráfico 9 – Possui e-mail.

Gráfico 10 – Costuma acessar quando está navegando.

Gráfico 11 – Mídias mais utilizadas.

Gráfico 12 – Importância de aprender utilizando o computador.

Gráfico 13 – Frequência da utilização da sala de informática.

Tabela 1 – IDESP – 2012 – Rede Estadual.

Tabela 2 – Índice de cumprimento de metas 2012, por ciclo escolar.

Tabela 3 – Entrevista com os professores.

1. INTRODUÇÃO

As Políticas públicas teoricamente descritas são claras e objetivas, mas quando são implantadas na maioria das vezes tomam rumos diferentes. Isso não é diferente com as políticas que amparam a acessibilidade de todos aos meios digitais, onde programas implantados podem não ter os resultados esperados e conseqüentemente não trazem benefícios que sejam transformadores para a população.

A inclusão digital deve expressar um conceito que encerre uma consideração profundamente humanista, onde a acessibilidade é a palavra chave para expressar o desenvolvimento social. Dessa forma, cabe ao governo assegurar o acesso às novas mídias, sendo um direito da população expresso em lei. (Lei Geral de Telecomunicações, nº 9472 de 1997).

O Programa ACESSA ESCOLA objeto de estudo, tem como objetivo promover a inclusão digital e social dos alunos de escolas públicas do Estado de São Paulo. Para muitos alunos essa é a única oportunidade de adaptar-se à tecnologia, possibilitando-lhes a utilização de equipamentos que promovam a interação, comunicação, diversão e socialização.

No momento em que ferramentas digitais são inseridas em ambiente escolar, o objetivo desse passa a ser maior, contando com mais uma aliada para desenvolvimento do ensino-aprendizagem, desenvolvendo aulas mais completas, proporcionando aos discentes - maior conhecimento na utilização de meios tecnológicos. (Portal ACESSA ESCOLA, 2000).

Sabe-se que a infraestrutura disponibilizada por Programas de Inclusão Digital nem sempre consegue o objetivo proposto. Dessa forma, a utilização de computadores, internet e multimídias no ambiente escolar quando feita de maneira inadequada pode não contribuir com o aprendizado educacional.

Nesse processo de adaptação a figura do professor se torna indispensável para essa inserção, pois sem a colaboração do mesmo, não é possível aderir essas ferramentas no cotidiano dos alunos. Os docentes precisam querer utilizar essas ferramentas, muitos ainda preferem ministrar suas aulas de forma tradicional. A correta aplicação desses recursos interfere positivamente na vida educacional e social dos alunos, e proporciona mudanças no comportamento de modo geral.

1.1 Justificativa

A inserção de novas tecnologias na sociedade tem aumentado com o passar dos anos, o acesso à informação está se tornando cada vez mais fácil e essencial para o desenvolvimento humano, e facilitando o acesso a esses meios, cresce as oportunidades de desenvolvimento social.

Para melhor organizar esse acesso, no ano de 2000 foi lançado o Livro Verde do Programa Sociedade da Informação Brasil, que implantou uma agenda política, universalizando o acesso às tecnologias da informação e comunicação (TIC's). Esses recursos tecnológicos são utilizados para geração e uso da informação, uma forma organizada de um sistema, capaz de executar tarefas e, desenvolver atividades, utilizando recursos informatizados (BRASIL, 2000).

A partir do Programa Sociedade da Informação Brasil é iniciado o desenvolvimento de políticas públicas para suprir a necessidade da população mais carente, proporcionando-lhes a oportunidade de conhecer recursos tecnológicos, o que não seria possível por conta própria, pois sua condição econômica, social ou cultural é defasada.

A inclusão de uma grande parcela da população de baixa renda na nova era digital ocorre por meio de instituições públicas. A maioria desses projetos atinge principalmente crianças e jovens em idade escolar. Mas, em muitos projetos, essa inclusão acontece de forma dispersa, existindo projetos bem estruturados fisicamente, no entanto, quando se trata de funcionalidade, não estabelecem uma progressão adequada.

O planejamento de alguns projetos desconsidera a localidade em que o mesmo será estruturado, ou as condições da população que será beneficiada, dessa forma não obtém resultados positivos.

Ao fazer parte do Programa ACESSA Escola como estagiária universitária durante dois anos, foi observada muitas falhas na sua implantação, desde a infraestrutura física até a sua operacionalidade. O interesse por melhor entendimento em relação à inclusão digital se faz necessária, uma vez que nos dias de hoje a busca por conhecimento básico sobre a tecnologia é de grande valia, pois na nova era digital são poucos que vivem sem tão cobiçada tecnologia.

Dessa forma a pesquisa busca analisar se os Programas de Inclusão Digital colaboram com o desenvolvimento educacional dos alunos?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral.

Analisar o Programa ACESSA Escola na Escola Estadual Diógenes Ribeiro de Lima em Ribeira (SP).

1.2.2 Objetivos Específicos.

- ✓ Levantar programas de Inclusão Digital no Brasil, que tenham como público alvo crianças e adolescentes;
- ✓ Descrever o Programa ACESSA Escola;
- ✓ Verificar o desenvolvimento dos alunos do programa, com a inclusão de novas mídias;
- ✓ Identificar os benefícios trazidos pelo programa ao público alvo em Ribeira (SP).

1.3 Metodologia

A pesquisa terá base bibliográfica, documental e estudo de caso, sendo exploratória e descritiva. Parte das informações será utilizada a partir Web Sites, livros, artigos, monografias, dissertações e mídia impressa e on-line, com o intuito de identificar os aspectos que caracterizam as Políticas Públicas de Inclusão Digital, o Programa ACESSA Escola e a Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

A pesquisa bibliográfica será utilizada para conhecer as contribuições teóricas das Políticas Públicas de Inclusão Digital para a área educacional e, criar maior familiaridade com o Programa ACESSA Escola, do Governo do estado de São Paulo. Como fontes documentais serão utilizadas informações oficiais referentes ao Programa. Também possui características de um estudo de caso, dada a profundidade e detalhamento restrito ao Programa ACESSA Escola, a partir da Escola Estadual Diógenes Ribeiro de Lima.

O primeiro capítulo, INTRODUÇÃO, procura mostrar as motivações, objetivos e como será desenvolvida a monografia.

O segundo capítulo, o Referencial Teórico, será feito com base no material pesquisado em livros, artigos, monografias, dissertações e Internet.

O terceiro capítulo é, o Estudo de Caso, que contém uma pesquisa de campo onde é feita coleta de dados, para após fazer sua análise e interpretação. A EE Diógenes Ribeiro de Lima será o objeto de estudo.

O quarto capítulo será baseado na finalização de toda a pesquisa, objetivando expor os resultados conseguidos com o estudo.

No quinto capítulo serão colocadas todas as Referências utilizadas para pesquisa e finalização do trabalho, detalhando títulos e autores das publicações.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

A inclusão digital no Brasil surge por fatores sociais problemáticos, sendo concedido ao cidadão o direito de acesso às novas tecnologias da informação e comunicação. O Brasil, em comparação com outros países, é deficiente em relação à implantação e o uso de novas tecnologias. Por esse fato, a incorporação desse segmento se torna difícil para o país. (Livro Verde, 2010)

Nesse momento, ações são colocadas em prática viabilizando soluções para essa problemática, a fim de ao menos amenizá-la. Dessa forma, surgem os programas de promoção digital. Sendo iniciativa pública ou privada, todas essas ações têm um único objetivo: incentivar a população a buscar informação. (Livro Verde, 2010)

2.1 Inclusão digital no Brasil.

As primeiras iniciativas em relação à inclusão digital começam através das esferas estaduais e a inclusão de laboratórios de informática nas escolas, facilitando a interatividade dos alunos. Dentre os exemplos estão o PRONINFE (1990), PROINFO (1997), SAI (1997), ACESSA SÃO PAULO (2000).

A inclusão digital no Brasil tem iniciativa federal no ano de 2003, onde começa a ser discutido o PBID (Programa Brasileiro de Inclusão digital), com o objetivo de ampliar o acesso dos cidadãos (principalmente os de baixa renda, classes C, D e E) as tecnologias da informação. (Agência Brasil, 2004)

O Programa traz como parceiros os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Ciência e Tecnologia; da Cultura e das Comunicações, tendo também como parceiro o Serpro – (Serviço Federal de Processamento de Dados). O programa é estruturado em três eixos: investimentos em telecentros, gestão comunitária dos telecentros e uso de software livre, garantindo assim que o programa seja economicamente sustentável. (Agência Brasil, 2004)

O principal objetivo do PBID é o de implantar espaços de informações e negócios, fazendo com que a população tenha acesso à internet, estruturando oficinas de reparos de computadores e espaço multimídia de produção audiovisual, permitindo que os usuários se apropriem das tecnologias, incentivando o país a conquistar autonomia na área de tecnologia da informação, na utilização de software livre. (Agência Brasil, 2004)

Até junho de 2005 o PBID implantou mil unidades de acesso à internet e uso de computador, os espaços são conhecidos como telecentros, sendo espaços públicos municipais, são disponibilizados de 10 a 20 micros computadores para livre acesso dos usuários. Além de computadores com acesso gratuito a internet, a população também teria acesso gratuito a correios eletrônico, cursos básicos de informática, atendimento de serviços públicos e educação à distância. (Agência Brasil, 2004)

Em 2004 foi criado o Programa 1008, do Ministério da Comunicação e Tecnologia, com o objetivo de promover o acesso às tecnologias de informação comunicação e ao acervo de informações e de conhecimentos, dessa forma contribuindo para a inclusão social dos brasileiros, (MCT, 2005). No mesmo ano foi sancionada a lei nº 11.012, de 21 de dezembro de 2004, que consistia em alterar o Programa 1008, sendo a sua criação incluída no PBID, fazendo parte do Plano Diretor de 2004 a 2007. (MESQUITA, 2011)

A partir desse momento foram criados projetos de inclusão digital pela SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação), MPOG (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), como projeto cidadão conectado e Projeto Casa Brasil, ambos fazem parte PBID. (MESQUITA, 2011)

A iniciativa privada, também participa e aprova a inclusão digital, através de universidades e ONGs. A fundação Abring, juntamente com a Hewlett – Packard Brasil (HP) criou em 2001 o Programa Garagem Digital, que consistia em telecentros experimentais em prol de inclusão digital e capacitação profissional de jovens. De acordo com site da HP Brasil,

“A Garagem Digital é um laboratório de construção de metodologias de inclusão digital de jovens, as quais serão disponibilizadas à sociedade, sobre tudo para apoiar a formulação e implementação de políticas públicas. O programa faz a capacitação de jovens por meio de um projeto educacional, cuja finalidade maior é o desenvolvimento da capacidade de interagir socialmente, de produzir, de criar e propor soluções e também do protagonismo, entendido como autonomia e participação (HP, p. 19, 2009)”.

Em 2005 foi criado o Projeto Casa Brasil sendo iniciativa do Governo Federal, que reúne esforços de diversos ministérios, órgãos públicos, bancos e empresas estatais para levar inclusão digital, cidadania, cultura e lazer as comunidades de baixa renda. Nesse espaço, as pessoas podem fazer uso intensivo das tecnologias da informação e da comunicação, isso irá capacitar os segmentos excluídos da

população para a inserção crítica na sociedade do conhecimento, buscando superar e romper a cadeia de reprodução da pobreza. (Brasil, 2005)

No mesmo ano (2005) surge o projeto “Computador para todos – cidadão conectado”, tendo como principal objetivo promover o financiamento de máquinas, facilitando a aquisição de computadores a um valor acessível e promovendo a utilização de software livre, até janeiro de 2006 foram financiados 19 mil máquinas, pouco menos de 2% da meta estabelecida que era a venda de 1 milhão de máquinas para consumidores com renda entre três e sete salários mínimos nos 12 próximos meses do ano seguinte. (Ministério das Comunicações, 2006)

Em 2012 a FGV (Fundação Getúlio Vargas) apresentou uma pesquisa onde dizia que a Inclusão Digital no Brasil está acima da média mundial. A pesquisa estudou a inclusão digital através das plataformas de celular, internet, telefonia (fixa) e computador (residencial), e desenvolveu o (ITIC) índice de Telefonia, Internet e Celular brasileiro.

Segundo a pesquisa patrocinada pela Fundação Telefônica/Vivo, o Brasil ocupa 72ª posição no ranking mundial de inclusão digital, entre os 156 países pesquisados, com 51,25% da população com algum tipo de acesso as plataformas pesquisadas, pouco acima da média global que é de 49,1% (Mapa da Inclusão Digital, 2012).

Entre as cinco primeiras capitais melhores ranqueadas no ITIC, três fazem parte da região sul do país. Florianópolis em primeiro lugar com 77,06% de abrangência em alguma plataforma digital, seguida de Curitiba em terceiro no ranking com 75,88%, e Porto Alegre em quinto, com 72,02%. Já nas capitais do sudeste Vitória é a segunda colocada com 76,6%, depois vem Belo Horizonte em quarto com 74%, São Paulo em sexto com 71,7% e Rio de Janeiro em sétimo com 71,5% (Mapa da Inclusão Digital, 2012).

Segundo o economista e pesquisador da FGV Marcelo Neri, os índices têm relação direta com as taxas socioeconômicas dos municípios. Foram pesquisadas mais de 5 mil cidades listadas no Censo de 2011, e a inclusão é maior em São Caetano do Sul (SP) a primeira do ranking geral brasileiro com 82,60%, seguida de Santos (SP), a segunda colocada com 78,19%, depois vem a capital Florianópolis (SC) com 77,06, Vitória (ES) em quarto com 76,60% e Niterói (RJ) em quinto com 76,03% (Mapa da Inclusão Digital, 2012).

2.2 Políticas de inclusão digital no Brasil.

A sociedade da informação entrou nas referências políticas, econômicas e acadêmicas na década de 60, formalizando-se na sequência das máquinas inteligentes utilizadas no período da Segunda Guerra Mundial (Hobsbawm, 2005).

O mesmo vem se desenvolvendo ao longo da história e ganhando característica de uma sociedade estruturada em sistemas de redes altamente flexíveis e dinâmicas (Castells, 1999), provocando um debate acerca da necessidade da disseminação do uso dos recursos tecnológicos que sustentam tal estrutura, para inserção de toda a sociedade neste novo paradigma.

Para essa inserção ser realidade são criados os projetos e programas de inclusão digital, a primeira iniciativa concreta de inserir o Brasil na era da Tecnologia foi à criação do Programa Sociedade da Informação Brasil, onde se destacariam regras para que houvesse de fato a inclusão de meios digitais na sociedade brasileira, anteriormente a esse fato existiam os Programas de ordem educacional que se estalavam nas escolas públicas de todo o Brasil, entre eles, PROINFO, PLANIN, PRONINFE, entre outros.

2.2.1 Programa Sociedade da Informação no Brasil

A inserção do Brasil na sociedade da informação teve início em 1998, nas discussões entre o Conselho de Ciência e Tecnologia (CCT) e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) que geraram o Programa Sociedade da Informação, contemplando dez objetivos que percorreram por áreas que vão da educação às relações internacionais.

O papel do governo brasileiro, naquela fase inicial foi de prover infraestrutura de informação com velocidade alta, aplicações avançadas, promover experimentos nas áreas das TICs e qualidade de serviços (*Quality of service, QoS*).

O Programa Sociedade da Informação, no Brasil foi regulamentado por meio do Decreto 3.294 de 15 de dezembro de 1999, tendo como finalidade o de: “[...] alcançar os alicerces de um projeto estratégico, de amplitude nacional, para integrar e coordenar o desenvolvimento e a utilização de serviços avançados de computação, comunicação e informação e de suas aplicações na sociedade” (Brasil, 2000, p.5).

Em 2000, é incorporado no Brasil o Livro Verde do Programa Sociedade da Informação, o mesmo é uma agenda política de universalização do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), promovendo assim a “alfabetização digital” (Brasil, 2000), onde o maior objetivo era o de assegurar que a economia brasileira tivesse condições de competir no mercado mundial.

Antes desse momento o termo Inclusão Digital não era conhecido, após esse lançamento, esse termo passou a ser considerado, após muitos debates e análises elaboradas a partir do Livro Verde.

O termo “inclusão” é abordado na intenção de posituação de uma problemática social, a fim de amenizar a situação de “exclusão”, ambos referem-se de uma concepção ambígua ao que se encontra dentro ou fora (Boneti, 2005 p. 3). Dessa forma esses termos são utilizados para melhor entendimento do público, a fim de facilitar sua compreensão.

O acesso à informação se concretizou a partir de estágios, no momento em que a infraestrutura de informações foi se tornando mais sólida, as mesmas foram se tornando mais perceptíveis na sociedade. Dessa forma o primeiro estágio foi em rumo à sociedade da Informação e o segundo foi em rumo à informatização da economia (Brasil, 2000, p. 108).

Ao tornar o crescimento econômico à principal preocupação política, a ponto de elevar, segundo Dahrendorf (1996, p. 19), “a economia, à ideologia política, as questões sociais foram ignoradas ou então convertidas em valores econômicos”.

No entanto, os debates e a participação social nas iniciativas de universalização das TICs geraram outra dinâmica, mais em sintonia com as necessidades sociais da população brasileira. A partir da nova era da informação, passou ser obrigação dos poderes públicos, a inserção dos cidadãos brasileiros neste novo contexto.

O Programa Sociedade da Informação no Brasil, descrito no Livro verde, (Brasil, 2000), menciona em um de seus objetivos a proposta de “[...] contribuir para a efetiva participação social, sustentáculo da democracia política [...]” (Brasil, 2000, p.6).

Dentre os quesitos de oportunidade do Programa estão listados alguns itens, tais como: a importância da utilização da Internet para o comércio eletrônico; a divulgação de negócios e comunicação mais rápida e menos onerosa para as pequenas e médias empresas; geração de um ambiente inovador; na geração de

novas oportunidades de trabalho; a universalização do acesso e a educação e aprendizado ao longo da vida. (Livro Verde, 2010)

Assim, no contexto brasileiro, formas organizacionais da sociedade civil como ONGs, movimentos sociais, sindicatos, associações de bairro, universidades, entre outros, passaram a cooperar para a inclusão digital com a criação de telecentros de acesso público, sendo uma iniciativa fundamental de capacitação da população brasileira, visando à inserção na sociedade da informação. (MORI, 2011)

A estruturação de telecentros no Brasil são as primeiras iniciativas de inclusão digital de nível federal, após a inserção da Sociedade da informação, sendo espaços com computadores conectados à Internet banda larga, normalmente gratuita.

Cada unidade possui entre 10 e 20 microcomputadores, para uso livre, oferecendo como atividades cursos de informática básica e oficinas especiais, todos os telecentros possuem Conselho Gestor, formados por membros eleitos pela comunidade, que ajudam os funcionários na fiscalização e gestão do espaço (Brasil, 2006).

O objetivo central dos telecentros é combater a exclusão digital, sendo uma iniciativa de capacitação da população brasileira. Essa capacitação em dias atuais se torna fundamental, em especial para a população carente, que tem maior dificuldade ao acesso as novas tecnologias.

A missão dessa iniciativa é incentivar a criação de postos de trabalho com maior qualidade para um desenvolvimento tecnológico sustentável e ambientalmente correto, aprimorando a relação entre o cidadão e o poder público na construção da cidadania digital.

Em 2003 o Programa Sociedade da Informação no Brasil é deixado de lado, e as iniciativas governamentais para a Inclusão Digital são incrementadas. A partir desse momento são discutidas questões relacionadas ao uso de tais tecnologias, a fim de verificar a oferta de conteúdos e serviços, dessa forma democratizando as TICs, além disso, entra em pauta a infraestrutura tecnológica, a fim de suprir necessidades sociais. (BONILLA, 2010)

2.2.2 PROINFO

Antes da criação do PROINFO, foi instituído o PRONINFE - Programa Nacional de Informática Educativa, em outubro de 1986 pelo MEC, tendo seu Regimento Interno aprovado em março de 1990. O PRONINFE foi integrado ao

PLANIN (Plano Nacional de Informática e Automoção, do Ministério de Ciência e Tecnologia), em setembro do mesmo ano. O Programa possuía um modelo funcional e geograficamente descentralizado, funcionado através de centros de informática na educação espalhados por todo o país (TAVARES, 2001)

A formação de professores era o ponto forte do PRONINFE, a formação acontecia nos três graus de ensino, fundamental, médio e superior, da mesma forma ocorria na área de educação especial e em nível de pós-graduação. O Programa também visava à pesquisa sobre a utilização da informática na educação, aproveitando a interatividade e a interconectividade que o computador possibilita (TAVARES, 2001).

Com o passar dos anos esses mesmos projetos vão ganhando novas formas, exatamente depois de 10 anos, é criado o PROINFO, com o objetivo de promover o uso da Temática como ferramenta de enriquecimento pedagógica no ensino público fundamental e médio, suas ações são desenvolvidas pela Secretária de Educação a Distância – SEED, por meio do Departamento de Infraestrutura Tecnológica – DITEC, em articulação com as Secretárias de Educação do Distrito Federal, dos Estados e de alguns Municípios (TAVARES, 2001).

A princípio o PROINFO acontece de forma descentralizada, com a intenção de formar 25 mil professores e atender a 6,5 milhões de estudantes, através da compra e distribuição de 100 mil computadores interligados à internet, existindo somente em cada unidade Federal de uma Coordenação Estadual, e os Núcleos de Tecnologia Educacional – NTE, dotados de infraestrutura de informática e comunicação que reúnem educadores e especialistas em tecnologia de hardware e software (TAVARES, 2001).

A partir de 12 de dezembro de 2007, o PROINFO passou a ser Programa Nacional de Tecnologia Educacional, tendo como principal objetivo promover o uso pedagógico das tecnologias de informação e comunicação nas redes públicas de educação básica, melhorando a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, possibilitando a criação de uma nova ecologia cognitiva nos ambientes escolares, propiciando uma educação voltada para o desenvolvimento científico e tecnológico e educar para uma cidadania global (Moraes, 1997).

As estratégias para alcançar esses objetivos foram implantar laboratórios de informática nas escolas públicas de educação básica e capacitar os professores,

gestores e outros agentes educacionais para a utilização pedagógicas das tecnologias. (SEEC, 2007)

Entre os objetivos do PROINFO destacam-se. Utilizar os computadores para melhorar a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras; Melhorar a qualidade do processo de ensino aprendizagem; Construir estratégias mais adequadas à produção de conhecimento; Diversificar espaços do conhecimento, de processos e metodologias (SEEC, 2007)

2.2.3 GESAC

O Programa GESAC (Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão) oferece pontos de conexão à internet banda larga, ferramentas de tecnologias da informação e comunicação, recursos digitais e capacitação para promover a inclusão digital em todo território nacional por meio de uma plataforma de rede, serviços e aplicações (C).

O Programa conta com unidades de comunicação (VSAT e modems que permitem a conexão à internet de alta velocidade, via satélite), funcionando nos chamados pontos de presença e/ou pontos GESAC distribuídos entre diversos municipais do território nacional (LEAL e BRANT, 2012).

Estes pontos estão localizados em escolas e órgãos públicos, como telecentros, unidades militares, sindicatos, aldeias indígenas, comunidades e pontos remotos de fronteira, sedes de organizações não governamentais, inclusive onde já existam outros projetos de inclusão digital do Governo Federal (Ministério das Comunicações, 2006).

Os telecentros GESAC são estabelecimentos onde o programa é implementado, isto é, locais abertos ao público composto por computadores, impressoras e outras equipamentos para desenvolvimento de atividades voltadas à inclusão digital, tanto os recursos como o acesso à internet são de uso gratuito. (Ministério das Comunicações, 2006).

O ponto GESAC funciona, em média 8 horas em dias úteis, atendendo ao público em geral, o Programa também incentiva a abertura dos pontos GESAC durante os finais de semana, para o uso intensivo do espaço pelas comunidades atendidas, mais essa disponibilidade raramente se verifica. (Ministério das Comunicações, 2006).

O GESAC é coordenado pelo Ministério das Comunicações por meio de Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital, o programa oferece gratuitamente o acesso a serviços de conexão à internet, promovendo a inclusão digital e social, buscando incentivar as ações do governo eletrônico para a população, oferecendo um conjunto de serviços digitais em comunidades remotas do país, a conexão à rede é estabelecida através de instalação de antenas de via satélite nos Pontos de Presença GESAC (Ministério das Comunicações, 2006).

O Projeto é iniciativa do Governo Federal que é desenvolvido junto ao MEC, por meio da Secretária de Educação a Distância, ministérios da Comunicação e da Ciência e Tecnologia, o acesso à internet via satélite já chega a 3.200 localidades, entre outros serviços de inclusão digital a comunidades excluídas do acesso e dos serviços vinculados à rede mundial de computadores (Ministério das Comunicações, 2006).

A prioridade do programa são localidades em situação de vulnerabilidade social, em todos os estados brasileiros, privilegiando as cidades do interior, sem telefonia fixa e de difícil acesso. Por meio do programa é possível disponibilizar a infraestrutura fundamental para a expansão de uma rede (Portal GESAC).

Em 2003, o programa atingiu a meta de instalação e operação de pelos menos 70% dos pontos de presença de acesso à internet via satélite. No ano de 2004, houve a ampliação do serviço em mais 3.200 pontos de presença, o que representou média superior a 400 pontos por mês, desde o início das instalações em junho de 2003 (Ministério das Comunicações, 2006).

A utilização do software livre GNU-LINUX nos computadores conectados à rede GESAC encaixa-se nos objetivos de inclusão digital do programa, pelo fato de estimular a difusão do conhecimento, permitindo que as pessoas tenham acesso às oportunidades abertas pelas novas tecnologias, criando uma rede de compartilhamento de usuários no uso de softwares livres (LEAL e BRANT, 2012).

2.2.4 Projeto Casa Brasil

O projeto Casa Brasil leva conectividade e computadores a comunidades carentes, interligando a informática, cultura, arte, entretenimento, articulação comunitária e participação popular. Existem várias unidades Casa Brasil espalhadas pelo país, a gestão de cada unidade é realizada com o apoio de bolsistas de extensão do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico) em conjunto com um parceiro local e um Conselho Gestor constituído pela comunidade. (Ministério das Comunicações, 2006).

Cada unidade do projeto é um espaço público e comunitário, de uso gratuito e acesso irrestrito, sendo divididos em sete módulos, são eles, telecentro, sala de leitura, auditório, laboratórios de divulgação da ciência, Laboratório de informática, estúdio multimídia e oficina de rádio. O objetivo principal do projeto Casa Brasil é promover a apropriação do equipamento público e das ferramentas de inclusão digital para gerar o desenvolvimento social. (Ministério das Comunicações, 2006).

2.2.5 Projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos

O projeto Cidadão Conectado – Computador para Todos faz parte do PBID, seu objetivo é possibilitar que aqueles que não têm acesso a um computador possam adquirir equipamento digital. Os computadores do projeto têm sistema operacional e aplicativos em software livre (Linux). (Ministério das Comunicações, 2006).

O projeto ainda possibilita às pessoas que adquire os computadores, acesso a suporte, tanto para atendimento técnico, como para o uso dos aplicativos. Esse suporte é de responsabilidade de uma empresa credenciada pelo projeto, sendo oferecido durante um ano. Para facilitar que as pessoas com condições financeiras desfavorecidas possam comprar o computador, o Governo Federal oferece linhas de financiamento mais acessíveis, o computador do projeto deve ser comercializado pelo preço máximo de 1 400 reais (Ministério das Comunicações, 2006).

O BNDS (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), no primeiro financiamento aprovou o valor de R\$ 30 milhões de reais para o Magazine Luiza S/A para aquisição de 22 mil computadores que seriam vendidos em condições facilitadas, essa ação foi à primeira operação direta para aquisição de computadores, após essa ação, foram aprovados mais três operações (Ministério das Comunicações, 2006).

Além de disponibilizar o acesso às tecnologias, o projeto também permite que toda uma cadeia produtiva venha a ser reforçada no Brasil, inibindo a ação do mercado que não paga impostos nem contrata mão de obra com garantias trabalhistas (Ministério das Comunicações, 2006).

2.2.6 Projeto KHouse Profissionalizante

A KHouse Profissionalizante surgiu a partir do projeto Kidlink, sendo uma organização internacional que reúne professores e alunos do mundo inteiro através da Internet, o Brasil faz parte desse projeto desde 1996 (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

A KHouse foi iniciada a partir de um grupo de pesquisas da PUC-Rio (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), sendo um espaço que promove a educação cooperativa à distância, através do uso da rede, apresentando uma estrutura onde os conteúdos ministrados são fundamentalmente voltados para a formação de jovens profissionais para o mercado de trabalho na área de tecnologia e informática (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

Esta educação profissionalizante, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, permite um permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva destes jovens. Nesse projeto de inclusão sócio digital, os jovens estudam conteúdos como ciências da informação, arquitetura do computador, desenvolvimento de sites para Internet, lógica de programação, montagem e manutenção de computadores e redes, entre outros (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

No AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem) o aluno recebe suporte frente às dificuldades de um determinado conteúdo, bem como os suportes ligados à plataforma. O projeto conta ainda com lista de discussão, gerenciada pela organização Kidlink, na qual os professores e alunos interagem. (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

Há também outro segmento da KHouse, a KHouse Kids, com a pretensão de proporcionar o uso da Internet a professores e alunos de escolas públicas e à população infantil em geral que não tem acesso a computadores, enquanto que a K Família é um projeto voltado para a terceira idade (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

A metodologia implantada na KHouse Profissionalizante proporciona aos alunos um curso que desenvolve habilidades técnicas mediante uma postura pedagógica. O curso parte da ideia de se construir um determinado conceito junto com o aluno e fazer dele um multiplicador de conhecimento (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

Dentre os principais resultados obtidos pelo projeto KHouse Profissionalizante estão a profissionalização de jovens na área técnica de manutenção e programação de computadores, a promoção da inclusão digital e social de jovens oriundos de escolas públicas e das KHouse Kids, a assistência na formação profissional, promovendo ações de inserção desses jovens no mercado de trabalho e a proposta de trabalho voluntariado que estimula os jovens que passaram pelo curso a serem multiplicadores desta cultura (DODT, FREIRE, SOUSA e RIOS, 2010).

2.2.7 Programa Acessa São Paulo

O Programa Acessa São Paulo foi criado em 2000, sendo coordenado pela Secretária de Gestão Pública do Estado de São Paulo, e gerenciado pela Prodesp, tendo como objetivo oferecer a população o acesso às novas tecnologias da informação e comunicação (TIC's), em especial à internet, contribuindo para o desenvolvimento social, cultural, intelectual e econômico dos cidadãos, sua estratégia para atingir seus objetivos é abrir e manter espaços públicos com computadores para acesso gratuito e livre à internet (Portal Acessa São Paulo).

O Programa tem como missão, garantir ao cidadão o acesso às tecnologias para a promoção do conhecimento, educação e desenvolvimento econômico, social e ambiental, promovendo o acesso e uso de ferramentas digitais em todo o Estado de São Paulo, por meios de redes de conectividade.

Os espaços estruturados pelo Programa Acessa São Paulo, são denominados como postos de atendimentos. Para uma melhor diferenciação dos tipos de atendimentos, foram desenvolvidos dois tipos de postos; os municipais e os POPAIs (Postos Públicos de Acesso à Internet). (Portal Acessa São Paulo)

Os postos municipais são implantados em parceria com as prefeituras municipais, auxiliando na contratação de monitores e na capacitação dos mesmos, atualmente esses postos de atendimento constituem a maior parcela de unidades do Programa Acessa São Paulo. (Portal Acessa São Paulo)

E os POPAIS são implantados em parceria com secretarias e órgãos do Governo do Estado em locais com grande fluxo de pessoas – postos do Poupatempo, estações do Metrô, terminais de ônibus da EMTU (Empresa Metropolitana de Transporte Urbano), CICs (Centros de Integração da cidadania) e Restaurante Bom Prato. (Portal Acessa São Paulo)

Além desses tipos de postos, existem outros segmentos do Programa, o ACESSA Rural (comunidades rurais), ACESSA Criança (público infantil de 4 a 10 anos de idade), ACESSA sem fio (uso de equipamentos portáteis, disponibilizado sinal gratuito de internet, nos arredores de postos do ACESSA SP) e Super ACESSA (maior número de máquinas, espaços para oficinas e capacitação para monitores). (Portal ACESSA São Paulo)

O Programa também promove atividades integradas para viabilizar a inclusão digital, através de projetos comunitários com o uso de tecnologia da informação, chamada de Rede de Projetos, produzindo conteúdo digital e não digital para a capacitação e informação da população atendida, conhecidos como Cadernos Eletrônicos ACESSA SP e Mini cursos ACESSA SP. (Portal ACESSA São Paulo)

A divulgação e facilidade do uso de serviços de governo eletrônico promovem ações presenciais e virtuais contribuindo para o melhor uso da internet e das novas tecnologias. Dentro do Programa também é feita a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital, sendo denominado de Ponline e Conexão científica. É parceiro do Programa ACESSA SP, o Lidec da Escola do Futuro da USP – Co - Responsável por diversas atividades desenvolvidas pelo Programa. (Portal ACESSA São Paulo)

2.2.8 Programa ACESSA Escola

O Programa da Secretaria da Educação “ACESSA Escola”, foi instituído pela Resolução SE-37, de 25/4/2008, o programa é iniciativa do Governo do Estado de São Paulo, desenvolvido pelas Secretarias de Estado da Educação, sob a coordenação da FDE, seu principal objetivo é o de promover a inclusão digital e social, otimizando o uso dos recursos da Internet, possibilitando aos usuários o acesso às tecnologias da informação e comunicação. (Resolução 037 de 25/04/2008)

A construção do conhecimento e o fortalecimento social da equipe escolar das escolas da rede estadual apropriando-se de novas tecnologias a partir dos laboratórios de informática das escolas (Resolução SE-37 de 25-4-2008). A implementação do Programa ACESSA Escola foi normatizada pela Resolução Conjunto SE/SGP 1, de 23-6-2008 modificado pela Resolução SE 30/2011 que regulamenta a utilização das salas do ACESSA Escola aos finais de semana pelo Programa Escola da Família. (Resolução 037 de 25/04/2008)

Além da inclusão digital e social, o Programa promove também, o protagonismo juvenil – ativa a participação do jovem na linha de frente da construção de novos espaços dentro da escola; socialização de saberes - alunos, professores e funcionários num processo interativo de troca e construção de conhecimento; prestação de serviços; e sendo um canal para acesso aos recursos de utilidade pública disponíveis na internet. (Resolução 037 de 25/04/2008)

O programa desenvolvido para a inclusão digital na comunidade escolar utiliza infraestrutura e equipamentos já existentes nos laboratórios de informática, sendo conectados à Rede Intragov do Governo do Estado São Paulo, levando em consideração que o acesso à internet dispõe hoje de um espaço virtual inesgotável de pesquisa, de oferta de serviços e de possibilidades de trocas interpessoal e institucional. (Portal ACESSA Escola)

O programa tem como objetivos de; disponibilizar a comunidade escolar os recursos do ambiente web, criado pelo Programa; promover a criação e o fortalecimento de uma rede de professores, fazendo o uso, troca e produção de novos conteúdos, criando um ambiente de colaboração e troca de informações e conhecimento entre alunos, professores, intra e interescolar, potencializando os usos da infraestrutura física e de equipamentos existente na escola. (Portal ACESSA Escola)

A infraestrutura do Programa ACESSA Escola conta com 8 *layouts* diversificados, as salas são escolhidas de acordo com o espaço físico que cada escola pode disponibilizar para melhor acomodar as máquinas e os usuários. O programa é estruturado em três níveis crescentes de gestão local, regional e central. (Portal ACESSA Escola)

Gestão local (GAL), sendo representantes da escola que darão suporte aos alunos-estagiários do Programa ACESSA Escola. Gestão Regional, sendo Professores Coordenadores e Estagiários Universitários que assumirão a implementação do Programa nas escolas; Gestão Central – Secretarias da Educação – Fundação para o Desenvolvimento da Educação – sendo responsável pela elaboração, acompanhamento e a avaliação do Programa nas escolas de ensino médio da rede estadual. (Portal ACESSA Escola)

Cada órgão tem seu papel dentro do projeto desde alocação de materiais, até o apoio dado no gerenciamento nas salas de informática. Para melhor aproveitamento da sala, algumas regras foram estabelecidas, sendo algumas delas,

o uso livre e gratuito de computadores com acesso a internet, todos podem utilizar o computador por trinta minutos, os professores podem utilizar a sala com o recurso hora/aula, disponibilizado pelo gerenciador da sala. (Portal ACESSA Escola)

Além disso, os usuários precisam retirar uma senha para utilizar os computadores, todos os usuários devem ser cadastrados e assinar um Termo de Adesão e menores de 18 anos deve ter autorização dos pais.

O Programa ACESSA Escola é uma iniciativa que teve início com o Programa ACESSA São Paulo, o mesmo determinado um local com acesso livre à internet, disponibilizando o uso para toda a comunidade, contando com um gerenciador local, na maioria das vezes esse espaço é anexado aos locais de assistência social. (Portal ACESSA Escola)

O Programa ACESSA Escola tem objetivos com ênfase pedagógica. Fernando Padula Chefe de Gabinete da Secretaria da Educação observa que, “O ACESSA Escola é um programa que tem por objetivo fazer funcionar os laboratórios de informática que já existem nas escolas estaduais” e complementa que o projeto, “nasceu de um diagnóstico da Secretaria da Educação de que esses laboratórios estavam subutilizados ou fechados, por determinação do governo Jose Serra foi concebido o Programa” (Portal ACESSA Escola).

Em algumas escolas já havia laboratórios de informática que foram conseguidos com muita persistência dos gestores escolares, os usuários utilizavam máquinas ultrapassadas sem nenhuma manutenção, o número de computadores eram insuficientes e não havia um responsável para ajudar na utilização das ferramentas disponibilizadas e por fim, no cuidado da sala. (Portal ACESSA Escola)

O Programa não dá ênfase só na sua infraestrutura, os conteúdos disponibilizados pela internet também precisam ser acompanhados de perto, e isso é feito com o auxílio dos monitores da sala de informática.

Para tentar inibir ações que não condizem com a proposta do Programa, os monitores ficam atentos a qualquer tipo de conteúdo impróprio acessado pelos alunos, podendo ser aplicado até punições para os que infringem à regra.

Sabe-se que os monitores que gerenciam as salas não conseguiriam ficar atentos a todos os conteúdos acessados na sala, dessa forma para um maior controle da sala informática a FDE firmou um acordo com a MSTech empresa que desenvolve softwares e serviços em TI, fornecendo toda a tecnologia de softwares utilizada nas salas de informática do Programa ACESSA Escola.

A MStech, desde de 1991 é uma empresa que desenvolve soluções que estabelecem uma melhoria no dia a dia das escolas brasileira, através de softwares, que auxiliam nos projetos que colocam tecnologia a serviço da educação. Todos os softwares da MStech foram desenvolvidos com total foco nas necessidades das Secretarias de Educação e das instituições de ensino em levar a tecnologia para as escolas e gerenciar de maneira simultânea e remota diferentes salas de informáticas. (Portal MStech)

Os softwares desenvolvidos e inseridos no Programa ACESSA Escola são, o BlueControl, sendo um gerenciador dos usuários da sala de internet, através dele é estabelecido o controle de usuários e os serviços disponíveis em todo o parque de máquinas, o BlueLab tem 15 funcionalidades para o professor interagir com os computadores de cada aluno e o BlueTalk é uma ferramenta de conversação escrita e por voz a longa distância, permitindo a troca de arquivos entre agentes do Programa, como gestores, PCOP's e estagiários do Programa ACESSA Escola. (Portal MStech)

Além dos softwares desenvolvidos para o Programa, foi criado também um canal de comunicação a "Gestão on line", dessa forma facilitando a comunicação entre a FDE, as Diretorias de Ensino, os estagiários e os participantes do Programa ACESSA Escola, sendo um espaço destinado à colaboração e troca de conhecimento entre os participantes. (Portal MStech)

Segundo João Thiago de Oliveira Poço, diretor de TI da FDE, após a finalização da licitação e assinatura do contrato com a MStech, a implantação do projeto durou apenas 2 meses, "um prazo realmente satisfatório". "A MStech atendeu a todos os itens do projeto e garantiu o bom funcionamento da plataforma de gestão das salas de informática a partir de uma suíte altamente intuitiva e de fácil utilização". (Portal ACESSA Escola)

Hoje o Programa ACESSA Escola está presente em mais 3.210 escolas da rede pública, podendo contar com uma média de 10.262 estagiários do ensino médio. Além da MStech a FDE firmou contrato com a Educat, empresa que fornece a locação de computadores, além dos serviços extras que a empresa oferece para a boa conservação da sala. (Portal ACESSA Escola)

3 METODOLOGIA DO CASO.

Inicialmente foi feita uma breve descrição do Município de Ribeira e da Escola Estadual Diógenes Ribeiro de Lima, a fim de verificar dados básicos da localidade onde está inserido o Programa ACESSA Escola.

Para complementação de informações sobre a utilização do laboratório de informática, foi necessária a pesquisa de campo utilizando dois questionários, um direcionado aos professores que lecionam na escola, tanto do quadro efetivo, como do quadro de eventual, e outro questionário direcionado aos alunos, ambos contendo onze questões de múltipla escolha, abrindo um espaço para respostas dissertativas, ficando a critério dos entrevistados.

Conforme o apêndice A foi aplicado aos alunos do Ensino Fundamental ciclo II (160 alunos) e Ensino Médio (120 alunos). O apêndice B foi direcionado aos professores para entender a didática aplicada e a frequência com que se utilizam as ferramentas disponíveis no Programa.

A pesquisa será tanto quantitativa como qualitativa, visando verificar o maior número de usuários para chegar a uma conclusão plausível sobre a efetividade e a operacionalidade das ferramentas disponibilizadas. A observação e convivência com os usuários da sala será também uma ferramenta para captar informação direta e indireta a respeito da funcionalidade do Programa ACESSA Escola.

3.1 Caracterização do município de Ribeira (SP).

O Município de Ribeira-SP está localizado na zona fisiológica denominada Alta Ribeira, e está distante da Capital estadual, em linha reta, 269 km. Está situado em região de clima quente, com inverno meio seco. O Município foi fundado em 20 de outubro de 1910, sua extensão territorial é de 335,747 km².

A cidade é conhecida como a capital da amizade pela hospitalidade oferecida a todos, são vizinhas do município, as cidades mais próximas são Apiaí-SP (34 km), Adrianópolis-PR () e Itapirapuã Paulista-SP (). De acordo com IBGE sua população em 2010 era de 3.358 habitantes e sua estimativa para 2013 seria de 3.427 habitantes. Seus principais indicadores mostram que o IDH-M da população é de 0,698, o PIB per capita é de R\$ 7.098,27.

E relação a domicílios particulares permanentes são 1.053 domicílios, com abastecimento de água são 595, e com energia elétrica são 1.024 domicílios. Existem na cidade 82 empresas locais, e 468 pessoas tem ocupação profissional.

A agricultura e a pecuária constituem a base da economia do município. Os produtos agrícolas são destinados a capital do estado, seu único centro consumidor. Há aproximadamente 23.500 hectares de matas naturais. O solo é rico em minérios, principalmente o chumbo. Há várias quedas de água, como a de Tororão. A pecuária é de grande significação econômica, há exportação de gado, principalmente para a capital do estado, Itapeva, etc.

A riqueza do solo é tamanha na região que, no município vizinho (Adrianópolis-PR) estão sendo construídas fábricas de cimento, para melhor aproveitar essa riqueza. Uma dessas indústrias é a Supremo Cimento, que está na fase de finalização, e a Cimento Tupi que está sendo projetada. Adrianópolis ainda conta com a mineradora Margem, que faz exploração de calcário na região.

Uma vez que esses municípios são muito próximos, ambos são beneficiados com o desenvolvimento desses negócios. Por ser tratar de cidades pequenas, compreende-se que uma precisa da outra, para tal desenvolvimento e ambas tentam mudar suas infraestruturas para acomodar a população vinda de fora.

Outra marca da cidade é a cultura local, onde são realizadas festas, mobilizando toda a população para a organização das comemorações; carnaval, padroeiro da cidade e aniversário. A cidade de Ribeira é muito rica em atrativos naturais. Rios, cavernas, passeios, cachoeiras fazem com que muitos turistas visitem a cidade, movimentando dessa forma o comércio local.

O ensino do Município de Ribeira está distribuído da seguinte forma: 678 matrículas no ensino fundamental, 189 no ensino médio, sendo 42 docentes do Ensino Fundamental e 19 do ensino médio. As matrículas e docentes estão distribuídos nas EE Diógenes Ribeiro de Lima (Ribeira - Centro), EE Prof. Julia da Silveira Mello (Bairro Catas Altas), EE Bairro Capivaras (bairro capivaras), EE Bairro do Saltinho (Bairro Saltinho), EMEI Catas Altas e EMEI Bairro do Saltinho, sendo as duas últimas do Ensino Municipal.

Existem vários indicadores que mostram a qualidade do ensino nas escolas públicas, um deles é o IDEB (Índice do Desenvolvimento da Educação Básica), a última nota aplicada a EE Diógenes Ribeiro de Lima foi de 4,7 para 4ª série/5º ano (meta 4,4) e para 8ª série/ 9º ano foi de 4,2 (meta 4,1) ambas as séries ultrapassaram as metas propostas.

Outro indicador importante é o IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) que avalia a qualidade das escolas estaduais

paulistas em cada ciclo escolar, permitindo fixar metas anuais para aprimorar a qualidade da educação no Estado. As avaliações acontecem no 5º e 9º ano do Ensino fundamental e na 3ª série do Ensino Médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.

Os indicadores do IDESP 2012 da escola Diógenes Ribeiro de Lima pode ser verificada e comparada na tabela 1, onde mostra notas da escola individualmente e em outros níveis como, médias da Diretoria de ensino, por Município e Estado.

	5º ano EF	9º ano EF	3ª série EM
Escola	3,60	2,45	2,24
Diretoria	3.48	2,81	2,24
Município	3.74	2,29	2,07
Estado	4.28	2,50	1,91

Tabela 1 - IDESP – 2012 – Rede Estadual
Boletim da Escola - 2012

O primeiro quadro compara as séries e anos em nível Estadual, Regional e Municipal, mostrando que há um equilíbrio entre as notas, em determinado momento a escola fica a frente das notas estabelecidas nos três níveis, isso pode ser verificado no 3ª série do ensino médio, onde a nota se iguala as marcas de outras escolas em nível Regional, mas ultrapassa a marca em nível estadual.

A tabela 2 compara as notas do IDESP de 2011/2012 e as metas que foram estabelecidas para 2012 das séries avaliadas.

	IDESP 2011	IDESP 2012	METAS 2012
5º ano EF	3,42	3,60	3,60
9º ano EF	2.43	2,45	2,63
3ª série EM	1,93	2,24	2,12

Tabela 2 - Índice de cumprimento de metas 2012, por ciclo escolar
Boletim da Escola - 2012

No segundo quadro fica claro que a meta proposta para todos os anos foram atingidas exceto o 9º ano, mas o mesmo se encontra em uma situação confortável, próximo da meta estabelecida, e mais uma vez a 3ª série do EM ultrapassa a meta estabelecida para 2012.

3.2 Caracterização da EE Diógenes Ribeiro de Lima em Ribeira (SP).

De acordo com o Regimento Escolar, mais precisamente no Artigo 1º, Parágrafo Único descreve que a EE Diógenes Ribeiro de Lima foi criada pelo Decreto-Lei nº 15.063 de 03/07/45, tendo como Ato Legal do Curso em Nível de Ensino Fundamental e Resolução SE de Instalação 40 de 23/05/1972.

A Escola Estadual Diógenes Ribeiro de Lima está situada à Rua Antonio Moura Rolim, nº 97, no município de Ribeira. Ela é mantida pelo poder Público Estadual e administrada pela Secretaria de Estado da Educação, jurisdicionada à Diretoria de Ensino de Apiaí, ministra Ensino Fundamental – ciclos I (119 alunos) e II (160 alunos), Ensino Médio (120) e EJA (10). Atualmente a escola conta com 409 alunos ativos, nos períodos da manhã (151 alunos), tarde (169 alunos) e noite (89 alunos).

A escola conta com uma boa infraestrutura, a área construída é de 2.909, 41 m², tendo uma área livre de 2.931,19m², totalizando 5.840,60m², o espaço ocupado está dividido em blocos I, II e quadras. A escola conta com 12 salas de aulas, biblioteca, refeitório, 2 banheiros masculinos e 2 banheiros femininos, 2 quadras, sendo 1 coberta, área de recepção.

Há Também as salas da direção, Vice Direção, Coordenação Pedagógica, Professores, Estoque de limpeza e, 1 sala de recursos, utilizada aos finais de semana pelo Programa Escola da Família. A sala de informática tem 59m², e é ocupada por balcões de mármore, equipamentos de multimídias, armários e cadeiras.

No presente momento a escola é administrada por um Diretor, dois Vice-Diretores, dois Coordenadores Pedagógicos (ciclos I e II), um Gerente escolar e cinco Agentes de Organização Escolar, a mesma conta também com APM e Conselho Escolar, sempre contando com professores, alunos e pais, nas reuniões de conselho escolar, a fim de haver uma maior integridade nas tomadas de decisões.

O nome Diógenes Ribeiro de Lima vem de um Deputado Estadual, nascido em 12/04/1896, que antes de ser Deputado foi vereador na Câmara Municipal de São Paulo, entre 1926 a 1929, atuando em fatos relacionados aos problemas da classe trabalhadora, construção de abrigos e instalações sanitárias e fiscalização de feiras livres.

Foi autor de dois projetos de lei que ficaram conhecidos como “Lei Diógenes de Lima”, instituindo o descanso aos domingos aos trabalhadores de imprensa e a proibição de fabricação de pão aos domingos.

Quando eleito deputado estadual, em 1934, integrou a Comissão de Legislação e Justiça, colaborando na elaboração da Constituição de São Paulo. Reeleito em 1947 e 1951, morreu em 01 de outubro de 1954, na Capital, durante o exercício do terceiro mandato. No decorrer das pesquisas não foi encontrada nenhuma informação sobre a ligação do nome dado a escola ao político em questão.

4 PROGRAMA ACESSA ESCOLA NA EE DIÓGENES RIBEIRO DE LIMA.

O Programa ACESSA Escola na escola Diógenes Ribeiro de Lima foi ativado em fevereiro de 2011, anteriormente a essa ativação já havia uma sala de informática denominada como SAI (Sala ambiente de informática), com a implantação do Programa do ACESSA escola, os computadores foram trocados por novos equipamentos, e hoje a sala conta com 15 computadores, equipamento de multimídia, entre outros.

O processo de infraestrutura nessa escola teve vários problemas, dessa forma a sala que foi destinada a receber o Programa não recebeu o acabamento adequado para acomodar os alunos, ficando o Programa estabelecido na mesma sala que já acomodava a SAI.

A utilização da SAI havia algumas restrições incomuns, para um uso correto de um laboratório de informática, como, a utilização somente durante as aulas e acompanhados pelo professor, a utilização de pen drive, CDs eram proibidos, download de arquivos, ler, enviar e receber e-mails não era possível, era vedado também a participação de comunidades virtuais e redes sociais.

Mas, com a implantação Programa do ACESSA escola, essas restrições foram abolidas. O diferencial do Programa é a sua padronização, tanto na Infraestrutura recebida, como nas regras impostas, sendo valido para todas as escolas que o recebem. A sala que acomoda o Programa é ampla e comporta grande número de alunos, sendo possível utiliza-la para muitas atividades de ensino-aprendizagem, utilizando ferramentas tecnológicas.

O Programa conta com a participação de alunos da própria escola como monitores de informática, sendo os estagiários do ensino médio, onde os mesmos passam por capacitações com três módulos, para melhor oferecer auxílio aos usuários.

Normalmente é um estagiário para cada período, manhã, tarde e noite, se pelo processo normal de atribuição de vaga a escola não conseguir preencher a mesma, o diretor pode indicar um funcionário, que também receberá treinamento para auxiliar no laboratório de informática, tudo para que seja possível a utilização da sala em todos os períodos de aula.

O ACESSA Escola também funciona nos finais de semana, no Programa Família na Escola, contando também com um estagiário, esse sendo o Educador Universitário.

Por mais que haja esforços para que os alunos tenham o acesso à sala e aos recursos oferecidos por ela, a efetividade e eficiência na utilização estão longe de ser adequados, a partir da verificação da proposta feita pelo Programa. Como foi descrito no início, a sala contém 15 computadores, mas 3 estão sem uso, pois os mesmos apresentam algum tipo de defeito técnico e só a concessionária Educat pode fazer a manutenção dos mesmos.

É disponibilizado um número gratuito de 0800, porém ocorre de ser feito o chamado e, mesmo após meses de espera, os responsáveis não comparecerem até o local para verificar os problemas dos equipamentos. A troca de periféricos também fica a cargo da Educat, o que igualmente não acontece quando é efetuado o pedido.

O número de computadores da sala é insuficiente para o número de alunos existente em cada turma, existem turmas que possuem mais de 35 alunos, dessa forma sendo impossível trabalhar um aluno por computador.

A conexão de rede também é um fator que preocupa, pois, nem sempre é de qualidade, tendo várias oscilações conforme seu uso. A dependência da mesma é observada, quando é utilizado o laboratório de informática, pois os professores na maior parte do tempo utilizam somente a internet, fazendo com que a sala não seja utilizada para outros fins de aprendizagem.

Hoje o programa conta com os 487 usuários, entre alunos, funcionários e usuários de finais de semana, são feitas 22 ativações durante a semana (equivalente ao acesso aula), 197 atendimentos durante a semana, acumulado durante o ano são 217 ativações e 1554 até a data de leitura do relatório de acesso.

4.1 Algumas experiências de inclusão digital.

O mundo globalizado trás mudanças que atingem todos os cantos do Brasil, e os espaços centralizados não poderiam ser diferentes. Dessa forma os municípios estão buscando iniciativas próprias para desenvolver políticas públicas de inclusão digital. A inserção de tecnologia da informação e comunicação na sociedade está se tornando cada vez mais importante para o desenvolvimento da população, uma vez promovendo a inclusão digital, é possível promover também a inclusão social, cultural e econômica.

Segundo pesquisa divulgada pelo IBGE em 2012, pelo menos um a cada quatro municípios possuem políticas próprias de inclusão digital, o índice é de 26,35%, esse percentual aumenta na Região Sul, indicando 37,5%, mas já na região

Norte e no Nordeste não é inferior a 20%. Na pesquisa geral, 90,5% dos municípios conta com alguma política ou plano de inclusão digital.

A participação do Governo Federal ainda é a maior interferência a fim de possibilitar a inclusão digital, sendo 76,9% dos municípios com programas federais de inclusão digital, enquanto em 38,1% há projetos estaduais e 5,3% dos municípios tem iniciativa privada e desenvolve programas de inclusão digital.

Os telecentros ainda são a maior iniciativa de projetos locais. Em 795 municípios, as prefeituras fornecem redes wi-fi, ou seja, em 14,3% dos municípios do país. Na maioria delas (382) a cobertura é de alguns bairros da área urbana e em 181 o sinal chega à área rural.

A maioria dos projetos de esfera Federal busca a implantação nos municípios, mas alguns são elaborados especialmente para atender localidades específicas, a exemplos temos a inclusão digital que acontece nas localidades rurais, como o CRID, que nasceu no laboratório de pesquisas Multimeios da FAGED da UFC, em parceria com o INCRA/CE, o BNB e o MDA, através do NEAD.

O laboratório visa à informática educativa que funciona como um ambiente virtual de aprendizagem. A Gestão é realizada pela própria comunidade de forma integrada à escola rural, as comunidades que participam do projeto recebem formação gratuita em informática educativa através do AVA (Ambiente Virtual de Aprendizagem). O projeto é integrado à escola rural, o qual recebe a infraestrutura que nem sempre é boa, pois as condições da localidade dificultam uma melhor implantação do projeto.

Outro projeto realizado na localidade rural é o IDR (Inclusão Digital Rural) que acontece no Município de Fátima do Sul em parceria com o Sindicato Rural realizado no Distrito de Culturama o Projeto Inclusão Digital Rural, tem o objetivo de capacitar homens e mulheres do campo sobre o uso adequado e eficiente das novas tecnologias do computador e da internet através de cursos profissionalizantes.

É utilizada uma unidade móvel para levar a inclusão digital a todos do campo, a finalidade do projeto além de conhecimento envolvendo as ferramentas tecnológicas, é o de melhorar a produtividade dos trabalhadores rurais, buscando informações relacionadas ao processo das atividades realizadas no campo.

O Programa Cultura Viva iniciativa do Ministério da Educação, implanta o Ponto de Cultura Digital, com o objetivo de apoiar iniciativas culturais locais e populares. Por meio dessa ação o Projeto Cultura Digital, permite a implantação de

equipamentos e formação de agentes locais para produção e intercâmbio de vídeo, áudio, fotografia e multimídia digital com uso de software livre, e conexão à internet via satélite pelo Programa GESAC.

Outra experiência que mostra iniciativa individual de Municípios é o Programa “Cliquescola”, sendo criado em 2004 pela Prefeitura de São José dos Campos – SP, o mesmo tem o objetivo de promover a Inclusão Social e Digital da comunidade, proporcionando aos professores e alunos condições de acesso às modernas soluções de tecnologia educacional e despertar o interesse do aluno para desenvolver as habilidades específicas de informática. Todas as escolas de ensino fundamental da rede municipal têm laboratório de informática equipado com micros, impressora a laser e internet banda larga.

4.2 Resultados de pesquisa

Estão matriculados na EE Diógenes Ribeiro de Lima 409 alunos. Os questionários foram aplicados somente para o Ciclo II e Ensino Médio, totalizando 280 alunos. Desse total, 243 estudantes responderam os questionários, ou seja, 59,41% dos alunos ativos na escola e 86,78% dos alunos matriculados no Ciclo II e Ensino Médio.

O teor das perguntas faz referências às ferramentas disponibilizadas no laboratório de informática. As perguntas visam investigar se os alunos estão realmente em contato com as TICs e se o acesso às mesmas é facilitado em casa e na escola, verificando também a importância da utilização dessa ferramenta para o desenvolvimento educacional, na visão dos alunos.

4.2.1 Dados de pesquisa com Alunos

Na primeira questão, foi verificada a localidade em que a maioria dos alunos residia, pelo fato do Município contar com muitos bairros afastados do centro da cidade, dificultando, dessa forma, o acesso a computadores, ou à rede de conexão com a internet.

O gráfico 1 mostra que a maioria dos entrevistados é da Zona Urbana, ou seja, 53% dos alunos moram próximo à cidade, facilitando, dessa forma, a Inclusão e o avanço no uso da informática, uma vez que, na cidade, além da sala de informática disponibilizada pela escola, há também uma Lan House. Os outros 47% moram nos bairros mais afastados.

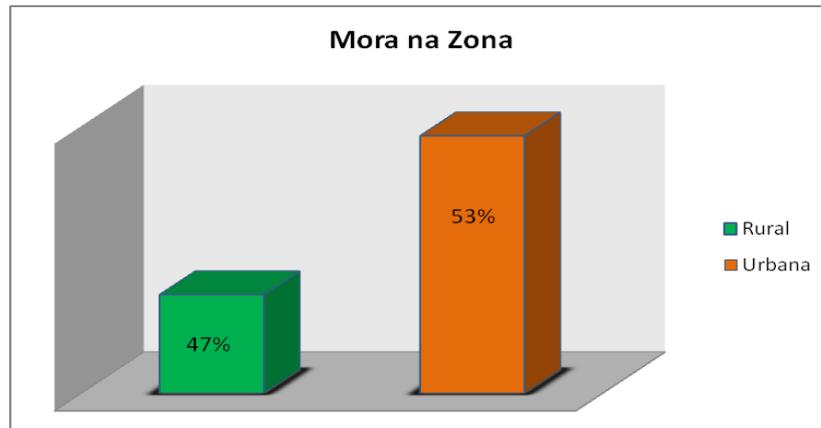


Gráfico 1 – Zona Rural ou Urbana
Dados primários

A conexão de internet disponibilizada no Brasil é de baixa qualidade e com um custo alto. Quando esse serviço é liberado na Zona Rural, esse custo tende dobrar. Geralmente a única possibilidade de conexão à rede nas localidades rurais é por meio de antenas externas, buscando o sinal Via Satélite, sendo necessários equipamentos como modem, cabos de rede, repetidores de sinal, entre outros. Isso faz com que sejam reduzidas possibilidades de famílias de baixa renda terem acesso a serviços relacionados à internet.

O gráfico 2 questiona o número de alunos que possui computadores em casa, mostrando que 51% dos alunos dizem ter computador em casa, dessa forma facilitando suas tarefas e 49% dizem não ter, apenas 2% a menos dos que dizem ter o computador em casa .

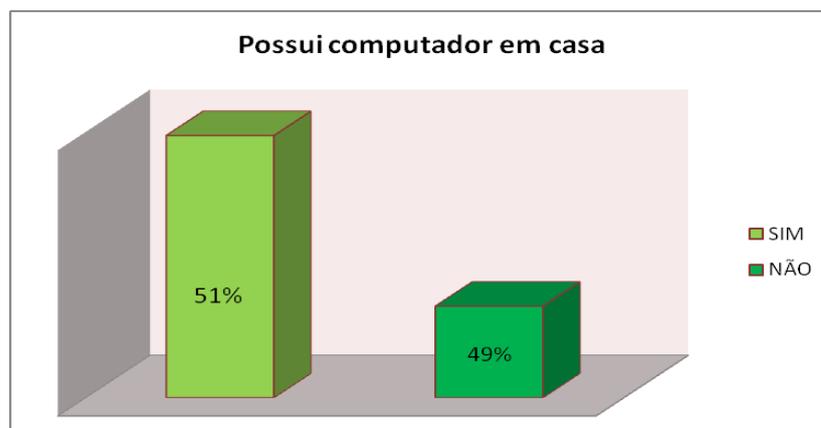


Gráfico 2 – Possui computador em casa
Dados primários

O município de Ribeira é uma localidade carente, o seu IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é um dos mais baixos do Alto Vale do Ribeira, mas é possível verificar que nos dias de hoje as ferramentas digitais estão presentes nas

casas de famílias de diferentes classes sociais, isso mostra que a acessibilidade a essas ferramentas é cada vez mais facilitada, a sua inserção na execução de tarefas diárias está cada vez mais comum.

No gráfico 3 é levantado o questionamento sobre o acesso a internet 56% dos entrevistados dizem que tem o acesso e 44% diz não ter acesso. O acesso à internet ainda não faz parte da realidade da maioria dos entrevistados, enquanto a maior parte dos alunos diz ter computador em suas casas, é a menor parte que estabelece conexão com a rede mundial de computadores no conforto do seu lar, tendo o privilégio de ter informações no momento em que deseja ou que seja necessário. Dos 51% que disseram ter computador em casa, 44% tem acesso à internet.

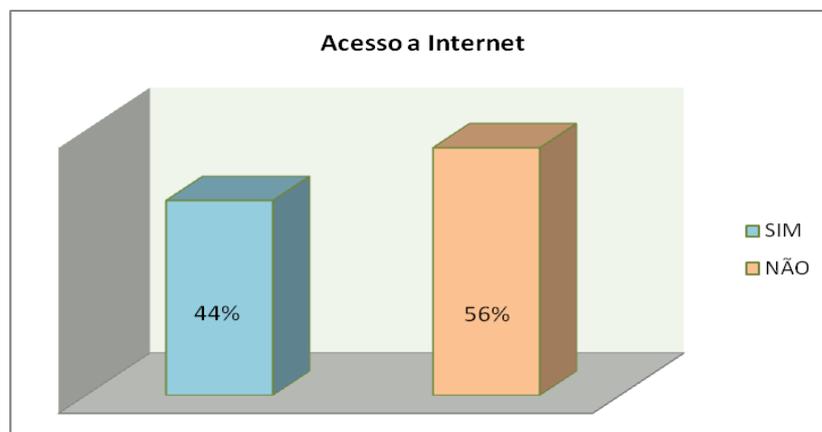


Gráfico 3 – Acesso a Internet em casa
Dados primários

Atualmente a conexão à internet pode ser estabelecida de várias formas: através de telefonia fixa, via satélite, modems portáteis, redes wi-fi e via rádio, dessa forma mudando a qualidade da conexão, conforme o equipamento utilizado para estabelecer a mesma.

O Brasil, em se tratando de tecnologia, está muito atrás de países desenvolvidos. O que é novidade para o país, é ultrapassado nos outros. A novidade mais recente no Brasil, no que diz respeito à conexão de internet é a velocidade 4G, divulgada principalmente em modem portátil.

Em algumas localidades, onde irão acontecer os eventos da Copa de 2014, já está disponível a velocidade 4G para os usuários das redes sem fio (Wi-fi). Para muitos essa é uma conquista, para outros nem tanto, pois quando se fala de internet, o Brasil está longe de se igualar aos países desenvolvidos.

O gráfico 4 faz menção ao uso de computadores no auxílio de atividades escolares, pois nos dias de hoje é comum utilizar o computador para auxiliar nas atividades diárias, na escola, no trabalho, em casa, muitos são os adeptos dessa ferramenta. Todos que o utilizam tem um mesmo objetivo, o de facilitar a execução das tarefas, das mais simples às mais complexas, dessa forma economizando tempo e dinheiro.

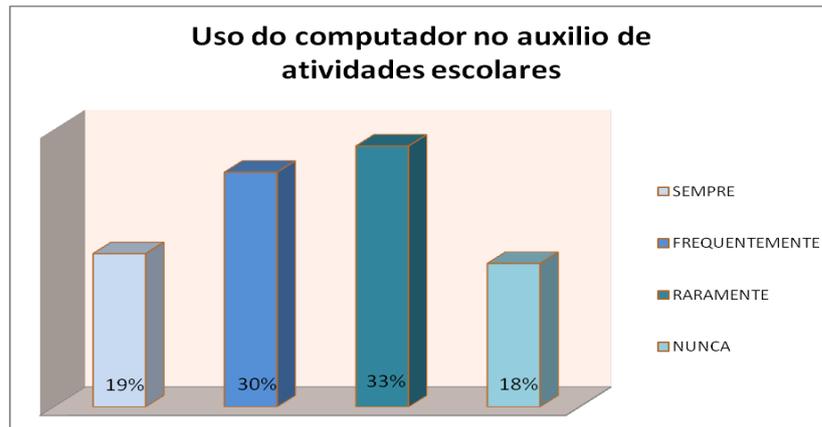


Gráfico 4 – Uso do computador
Dados primários

Nesse sentido foi questionado aos alunos a frequência com que utilizam o computador para realizar tarefas escolares, 33% dizem que raramente fazem uso do computador para realizar tarefas escolares, e 30% dizem utilizar frequentemente. A porcentagem dos alunos que utilizam sempre e as dos alunos que nunca utilizam é quase a mesma, com diferença de 1%.

No gráfico 5 mostra quais os recursos são mais utilizados por quem tem acesso ao computador, mostrando que a navegação na Internet é a opção preferida dos entrevistados com 68%, em seguida vem a execução de jogos com 18% e a tarefa de digitação com 12%.

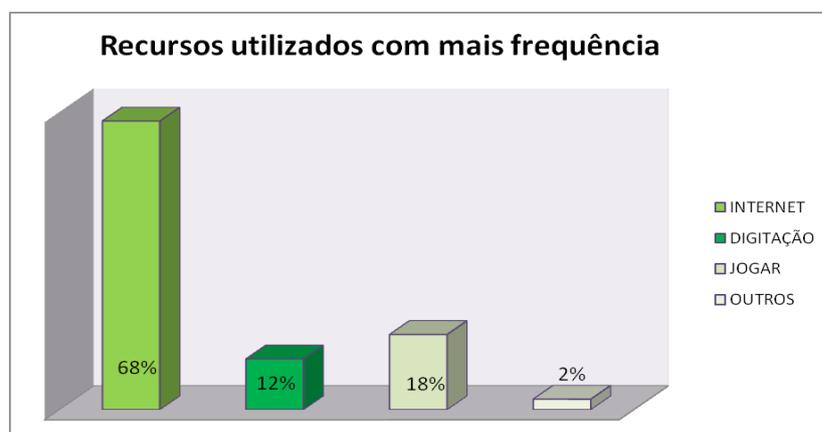


Gráfico 5 – Recursos utilizados
Dados primários

Os recursos disponibilizados pelo computador vai além do acesso a internet, outras ferramentas podem ser executadas sem auxílio da mesma. As tarefas de digitação que o indicador mostra ser utilizado somente por 12% dos estudantes mostra o quanto outros recursos são poucos utilizados, não só para execução de tarefas pelos estudantes, mas também para o trabalho.

O conhecimento de softwares para desenvolver planilhas, textos, banco de dados, é importante para a formação dos estudantes, uma vez que em uma busca profissional, as mesmas serão cobradas para uma melhor execução de tarefas.

A Inclusão Digital no âmbito escolar, não é só vista como norma de aprendizagem educacional, mas também pode ser vista como desenvolvimento profissional, quando alunos estão igualados no ambiente escolar, os mesmos são estimulados a buscar outros caminhos mais interessantes.

Dando continuidade a análise de dados, o gráfico 6 mostra que a maioria dos alunos tem acesso ao computador e à internet na escola, ficando clara a importância da inserção de ferramentas tecnológicas no âmbito escolar, sendo 42% da população entrevistada. Logo em seguida vem a utilização em casa de 29% e 13% fazem curso de informática ou acessam em Lan house.

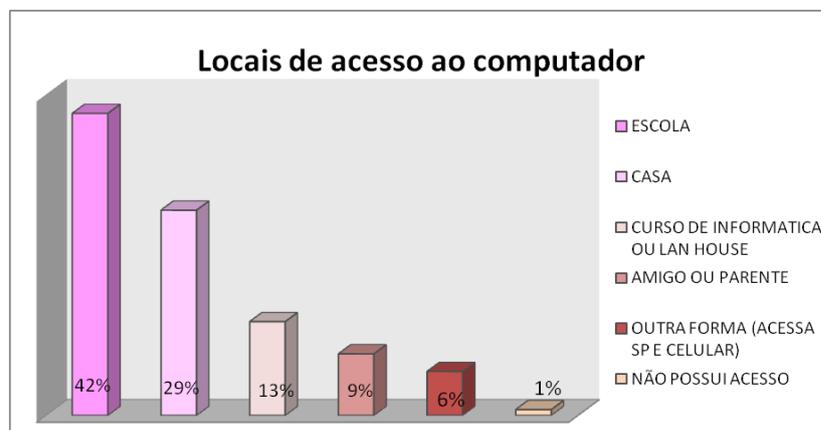


Gráfico 6 – Locais de acesso ao computador
Dados primários

É notável que a população que busca aprender a utilizar tais ferramentas ou os recursos oferecidas por ela é pouca, mas isso se dá pela falta de oportunidade que existe na cidade, uma vez que a escola de informática mais próxima está localizada na cidade vizinha, Adrianópolis. Os que não tem acesso a computadores com internet, se conectam através de celulares e dispositivos móveis, sendo 9% dos entrevistados.

A maior parte dos alunos possuem contato com tecnologias de informação e comunicação, o acesso por celulares e dispositivos móveis hoje em dia é muito comum, com a tecnologia aplicada a esses aparelhos o acesso a informações fica ainda mais fácil, alguns alunos fazem uso do mesmo, mas o número desse tipo de acesso na escola é muito pouco comparado com as informações mostrada na pesquisa da FGV em relação as plataformas de acesso.

Marcelo Neri argumenta que "O celular é um dispositivo que está, onde os brasileiros mais pobres estão. Como plataforma para gerar inclusão social, ele é uma plataforma privilegiada, e muito mais importante que a internet, que está mais presente na classe A, B e C. Portanto é preciso uma política de inclusão digital, como meio para gerar inclusão social e não o fim em si mesmo. Mas esse dispositivo tem sido relegado a segundo plano como plataforma de inclusão digital".

Quando questionados sobre a qualidade da conexão da internet utilizada na escola, o gráfico 7 mostra que 34% dos alunos dizem que a conexão é razoável e 32% diz que a internet é boa, entende-se que a internet utilizada na escola pode ser utilizada pela maioria dos alunos sem algum tipo de problema, mas para 14% e 15% da população entrevistada coloca que a conexão é ruim ou péssima, somando as duas categorias é quase 30% dos alunos que não estão satisfeitos com a conexão estabelecida na sala de informática.

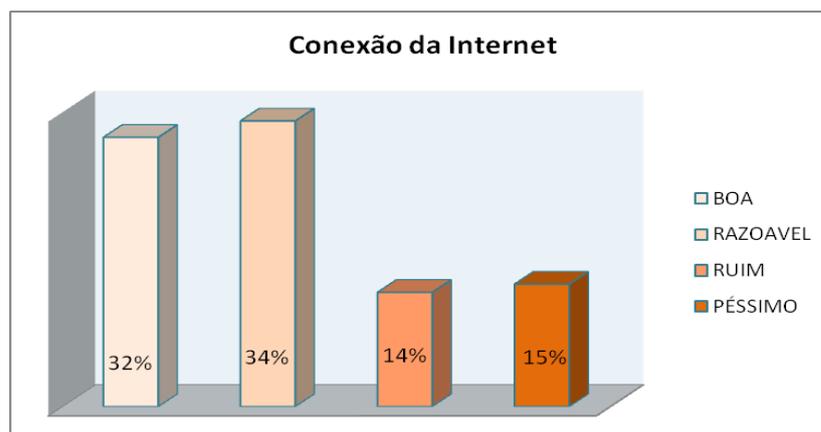


Gráfico 7 – Conexão da Internet
Dados primários

Pode haver alguma discrepância nas conexões pelo fato de haver muitos computadores conectados a um mesmo ponto, dessa forma havendo oscilações na conexão à rede.

Na escola encontra-se dois pontos de internet banda larga, a do o Programa Banda Larga nas Escolas (PBLE), serviço estabelecido por telefonia fixa e a do

GESAC que é a conexão via satélite, a utilizada na sala de informática é a do PBLE, quando acontece alguma falha é imediatamente buscado suporte técnico da empresa fornecedora, enquanto não é resolvido o problema a escola toda se conecta através do GESAC.

O gráfico 8 mostra a frequência com que a população entrevistada utiliza a internet, 40% diz utilizar todo dia, 35% algumas vezes, 17% raramente e 8% não possui acesso. Mas uma vez esse quadro mostra a realidade dos alunos ao utilizar a internet, a sua maioria faz uso, seja em casa, na escola, no celular, na casa de amigos, em lan houses, ou cursos de informática em algum momento do dia os usuários tem acesso a um conteúdo disponível na internet.

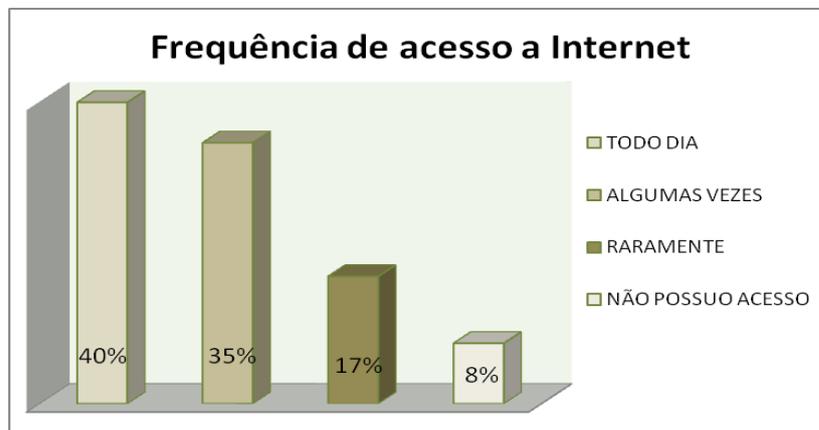


Gráfico 8 – Frequência de acesso à internet
Dados primários

Essa é a realidade nos dias atuais, as pessoas vivem conectadas, para grande parte da população o uso da internet torna-se indispensável, é comum na roda de amigos, restaurantes, bares, academias, é quase impossível viver sem ela, pesquisas mostram que no Brasil são mais de 4 milhões de pessoas conectadas, e esse número só tende a crescer pela facilidade de acesso à web e pelo desenvolvimento tecnológico.

Médicos e especialistas consideram que o uso excessivo da internet pode causar dependências crônicas, como todo fenômeno globalizado tem seu lado bom, o mesmo pode ter consequências não tão boas, isso dependerá de como cada usuário faz uso dessas ferramentas.

A psicanalista e neurocientista Nanci Azevedo Cavaco, sócia fundadora da Academia do Cérebro, afirma que “a internet se tornou uma ferramenta poderosa para encurtar distâncias, agilizar procedimentos e facilitar a vida de maneira geral. O

problema é que foram surgindo outras dinâmicas, como sites de relacionamento, redes sociais e jogos, produzindo um fenômeno que tem alterado a rotina e a realidade das pessoas".

O gráfico 9 mostra o percentual de entrevistados que tem o endereço eletrônico, 60% dizem possuir e-mail, mas somente 14% acessam o mesmo. Isso acontece porque quase 30% dos alunos que possui endereço eletrônico participa de alguma rede social.

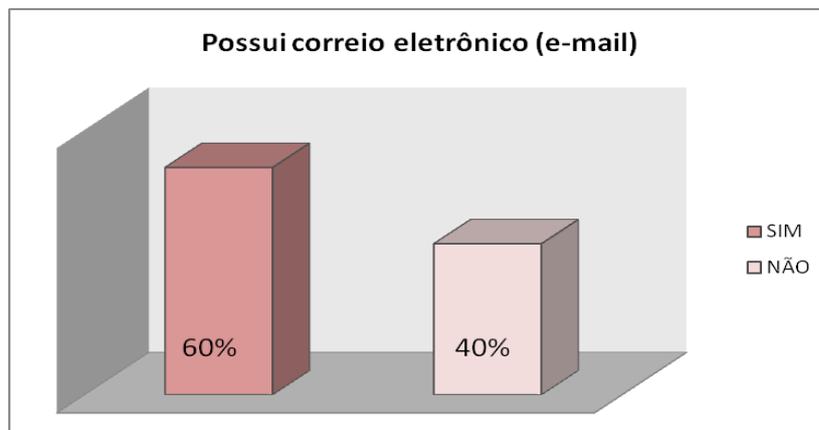


Gráfico 9 – Possui e-mail
Dados primários

Os sites de relacionamento é muito comum entre os jovens, e para se cadastrar na maioria deles é necessário ter um endereço eletrônico, participar das redes sociais é a forma mais fácil de se inserir nesse universo eletrônico.

Neste mesmo segmento o gráfico 10 mostra o que os entrevistados costumam acessar quando estão navegando na internet, o percentual encontrado indica que os sites de relacionamentos é a atividade mais acessada pelos alunos quando estão conectados, sendo 29% dos entrevistados.

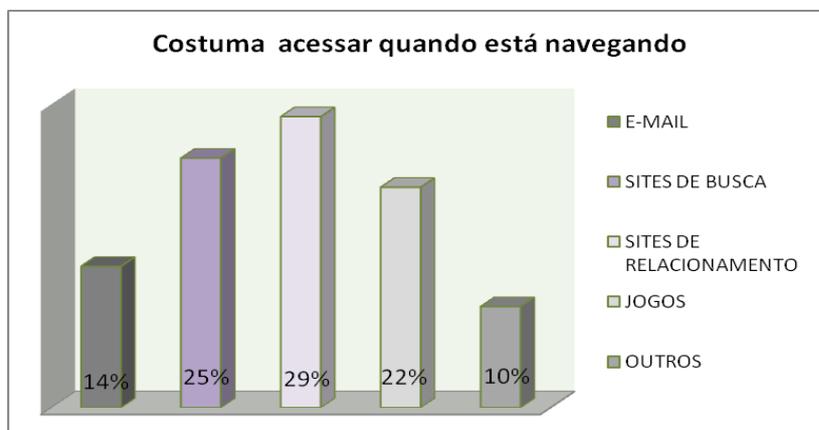


Gráfico 10 – Costuma acessar quando está navegando
Dados primários

A busca por entretenimento é constante, facebook, youtube, ask, instagran, twitter são alguns das redes mais visitadas pelos alunos para compartilharem, mensagens, videos, musicas, fotos, perguntas, essa é a interação mais procurada pela maioria da poputação entrevistada.

Segundo dados divulgados pela comScore (a maior consultora de assuntos relacionados a internet), o Brasil é o 4º país em número de usuários nas redes sociais, explicando que 97% dos brasileiros acessam o Twitter e o Facebook.

Os sites de busca também são bastante utilizados pelos alunos, 25% deles fazem pesquisas na *home page* mais acessada do mundo, o google. Os alunos não tem outra referência de sites de pesquisa, e não existe nenhuma orientação para tentar aderir uma outra opção, o mesmo é utilizado somente quando o professor direciona os alunos para uma pesquisa.

Dos entrevistados, 22% dos estudantes quando utilizam a internet acessam jogos, é comum também no primeiro momento em que os alunos entram na sala de informática sem nenhuma aula programada pelo professor, os que não acessam os sites de relacionamento, acessam jogos on line e 10% dos alunos acessam outras opções, como chats, downloads, sites direcionados para jovens (diversão) , entre outros.

Quando se fala em arquivos de musicas, videos, documentos de textos, planilhas, logo se pensa nas midias utilizadas para guardar esses arquivos, o gráfico 11 mostra que 51% dos alunos utilizam o pen drive para realizar essa tarefa, raramente nos dias de hoje encontra-se um estudante sem um dispositivo de armazenamento de dados, ou melhor, dificilmente encontrata-se um cidadão que não tenha um pen drive.

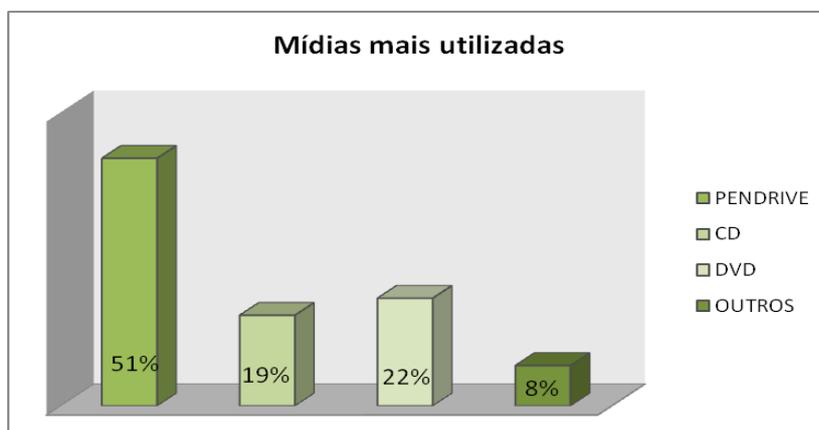


Gráfico 11 – Mídias mais utilizadas
Dados primários

Essa memória externa móvel é muito utilizada para o trabalho, para os estudos, para o entretenimento, entre outras atividades. O pen drive também é conhecido como Memória USB Flash Drive ele permite a sua conexão a uma porta USB de um computador ou outro equipamento com uma entrada USB, ele surgiu no ano de 2000, com o objetivo de substituir o disquete, resgatar dados de computadores estragados, realiza backup com mais facilidade, abriga determinados sistemas e aplicativos mais utilizados.

O pen drive tem suas vantagens de utilização, mas para muitos os arquivos não estão protegidos nesse dispositivo móvel, dessa forma optando pelo uso habitual de CDs (19%), DVDs (22%) e outros (10%), cartão de memória, celular, entre outros.

Foi questionado aos alunos se é importante aprender utilizando o computador e os recursos disponibilizados por ele, o gráfico 12 mostra que 91% dos alunos considera que é importante, pois facilita as atividades contribuindo para aprimorar o aprendizado das disciplinas e, por estarem mais envolvidos com o mundo atual e as novas tecnologias disponíveis, 9% diz não ser importante o uso do computador para aprender, alguns argumentam que não faz diferença, e não se mostram interessados no ambiente tecnologico disponibilizado na escola.

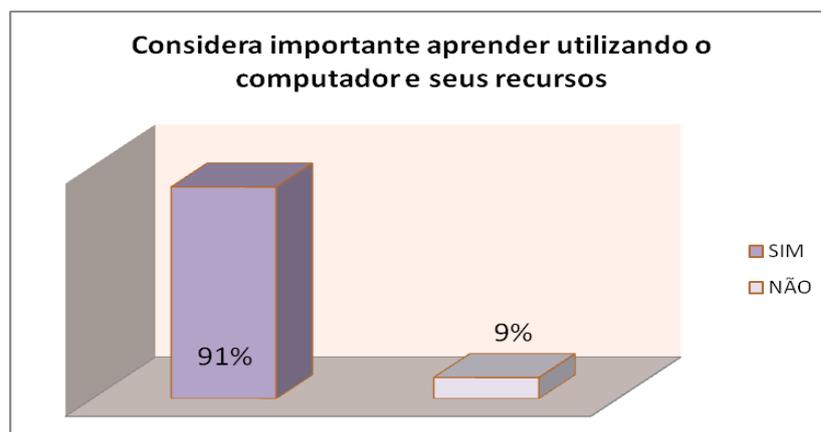


Gráfico12 – Importância de aprender utilizando o computador
Dados primários

É comum algumas pessoas se recusarem a utilizarem tais ferramentas, por mais facilitada que seja, com esses dados é possível verificar que há alunos resistentes a inserção de novas tecnologias no cotidiano escolar, e até mesmo fora dele, mostrando que não são todos que recebem com facilidade essas ferramentas.

Sabe-se que existe uma grande parcela dos chamados “analfabetos digitais” sendo aqueles que passam por mudanças bruscas referente a tecnologia, e não faz questão de aderi-la, ficando fora do mundo digital encontrado nos dias de hoje.

Para melhor verificar a progressão da utilização da sala, o gráfico 13 mostra a frequência da utilização da mesma, 49% diz que a utiliza às vezes, 32% utilizam raramente, 10% nunca utiliza e 9% utilizam sempre. Através desses dados é possível visualizar que não existe uma continuidade no uso da sala de informática. No planejamento pedagógico dos professores dificilmente são inseridas aulas praticas no laboratório de informática, dessa forma dificultando algum tipo de aprendizado.

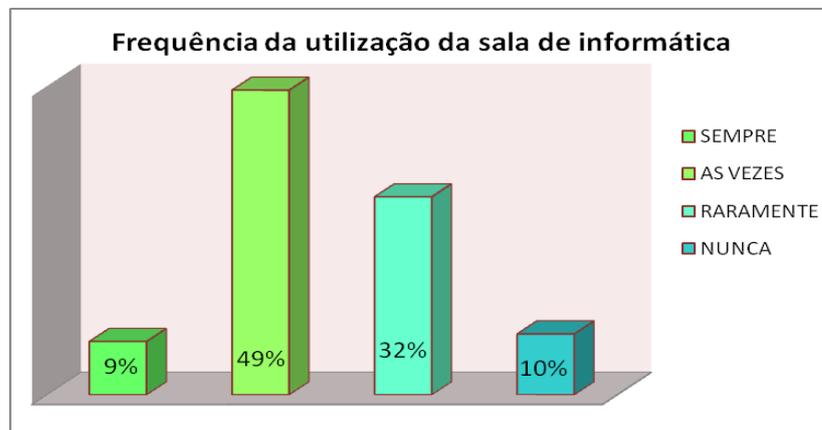


Gráfico13 – Frequência da utilização da sala de informática
Dados primários

Pode se observar que os alunos convivem bem com as tecnologias disponibilizadas na sala de informática, e diferente do que se pensava a maioria deles utilizam e inserem as TICs em seu cotidiano, mas o uso contínuo para desenvolver o aprendizado não acontece de forma eficiente e eficaz, dessa forma não possibilita melhorias no ensino-aprendizagem dos alunos.

Para que isso ocorra as aulas precisam ser melhor desenvolvidas, não somente levar os alunos na sala de informática para entreter, mais sim para desenvolver conteúdos relevantes a disciplina e porque não desenvolver o conhecimento na área de informática.

4.2.2 Dados de entrevista com Professores

Foram entregues questionários para 10 professores, 6 deles responderam o mesmo, no quadro abaixo, está descrito as perguntas e respostas. A opção de

utilizar as respostas completas aqui é para não fugir da relação pergunta e respostas dos mesmos, havendo em alguns casos concordância de ambos, e outros não. A intenção aqui também é buscar o entendimento que professores tem em relação aos recursos disponibilizados e utilizados no laboratório de informática.

Auxiliaram na pesquisa professores de Língua Portuguesa (2), História (2), Arte (1) e Matemática (1). Para a conclusão do questionário foi pedido para o professor fazer um comentário sobre a inclusão digital nas escolas e se possível dar algumas sugestões de como pode ser essa inclusão para melhorar o aprendizado do aluno.

Entrevistada A diz que “é muito importante, mas para ter bons resultados, é necessário que os alunos também queiram. Pois isso é um trabalho sério, e os alunos só se interessam por sites de relacionamentos”.

A entrevistada A só reforça o resultado que menciona o que os alunos mais acessam quando estão conectados a internet, expondo que os discentes estão preocupados mais com seus relacionamentos on line do que utilizar a internet para finalidades mais produtivas, pois a mesma coloca que é necessário fazer um trabalho sério ao incluir meios digitais no âmbito escolar, direcionando realmente para parte pedagógica com auxílio da coordenação da escola.

Entrevistada B diz que “trabalhar de forma que os alunos tenham mais acesso a aulas com o uso da internet, áudio, filmes, mas para isso acontecer tem que haver mais incentivo e preparação junto aos professores”.

A Inclusão Digital é a inserção de meios tecnológicos na vida da população mais carente, o ambiente escolar também é utilizado para que essa inserção aconteça de forma produtiva, a entrevistada B coloca que é necessário que os alunos tenham mais acesso a internet, e outras mídias em geral, mas é preciso incentivo e preparação para que os professores utilizem essas ferramentas de forma produtiva.

Entrevistada C coloca que “a escola não pode ficar alheia a esse grande estímulo que é a tecnologia, pois nossos jovens são viciados em tecnologia, essa é uma geração tecnológica, onde desde pequeno já possui afinidades e uma grande desenvoltura para tudo que é tecnologia”.

A tecnologia hoje faz parte da vida de grande parte da população mundial, a entrevistada C faz menção ao uso da mesma no ambiente escolar, colocando que a escola não pode ficar alheia a esse grande estímulo, mas nos tempos de hoje a convivência com a inovação tecnológica se faz necessária para própria evolução humana. A entrevistada C ainda complementa que...

“A utilização das TICs na escola é de grande valia, pois vivemos num mundo globalizado onde tudo é muito rápido, as informações são em tempo real, o capitalismo impera (tempo é dinheiro) nossas escolas e nossos professores terão que estar aptos para acompanhar tudo isto”.

Não se pode desconsiderar a importância da tecnologia para aprendizagem, onde a mesma é fundamental para o desenvolvimento humano. A própria entrevistada ao mesmo tempo em que coloca que a escola não pode ficar inerente a tecnologia, mas a mesma busca um contraponto na sua posição, comentando que os professores precisam estar aptos para aplicar essa nova tecnologia na metodologia de ensino.

Entrevistada D argumenta que “a sugestão é tentar passar conhecimento básico sobre Windows para os alunos e ensinar usando as normas ABNT”.

A necessidade de se passar para os alunos os conhecimentos básicos sobre os sistemas operacionais são fundamentais para o melhor entendimento e manuseio das ferramentas disponibilizadas pelo computador.

A contribuição dada pelos professores só reforça os dados conseguidos na entrevista com os alunos, colocando que a sala de informática não é utilizada com frequência, e que raramente existe o aproveitamento de seus recursos.

O espaço e a infraestrutura disponibilizada segundo os professores são adequadas, mas o número reduzido de computadores e a qualidade da conexão à

rede dificulta a execução de atividades, os professores ainda argumentam que enquanto os alunos que estão utilizando o computador elaboram suas tarefas, os alunos que não estão utilizando o computador ficam dispersos, por mais que as tarefas sejam feitas em grupos, dificilmente há interação entre todos os participantes da equipe.

Uma questão que chama a atenção é a respeito de softwares educativos utilizados nas aulas, a maioria dos professores não souberam, ou responderam colocando sites, ou outros recursos disponíveis no computador, o único software utilizado e citado foi o Word, onde é possível editar de textos. É perceptível que os professores não sabem distinguir software, hardware, dessa forma dificultando a utilização dos recursos e ferramentas disponíveis na sala de informática.

Os professores têm receio de utilizar a sala de informática, pois não sabem como utilizar os recursos e as ferramentas disponíveis, a maioria deles contribui colocando o quão importante seria se houvesse uma formação pedagógica para a utilização de tais ferramentas, como oficinas, treinamentos, se possível em horário que seja acessível para os mesmos, colocando-se dispostos a inserir a tecnologia da informação e comunicação em suas aulas, mas para que isso seja positivo têm que haver um planejamento pedagógico por trás das ações de aprendizagem, só assim essas ferramentas no âmbito escolar será utilizada de forma correta.

4.2.3 Sugestões de melhoria do Programa ACESSA Escola na Escola Estadual Diógenes Ribeiro de Lima.

Projetos individuais podem ser a saída para uma melhor utilização da sala de informática, a parceria entre escola e professores gera ideias para um uso efetivo da sala. Estimular os alunos também se faz necessário, pois sem interesse dos mesmos não é possível realizar projetos que sejam significativos para sua formação.

Existem vários projetos que focam nas oficinas de aprendizagem, buscando apresentar aos alunos as ferramentas e recursos disponíveis com o uso do computador. A implantação de projetos pedagógicos voltados para a informatização é importante para os alunos em idade escolar, principalmente aqueles que só têm a possibilidade de utilizar esses meios na comunidade escolar, por serem de localidades carentes e sem condições de adquirir tecnologia.

A ação de formação gerenciada pelas escolas, buscando capacitação local é o mais plausível a ser feito, pois pode ser melhor direcionada. A Coordenação

Pedagógica realiza 3 horas/aula por semana o ATPC (Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo), tendo a média de 12 horas/aula no mês, vale ressaltar que essa carga horária muda conforme as horas de aulas atribuídas a cada docente, o objetivo do mesmo é o planejamento e discussões relacionados ao conteúdo trabalhado ou que será trabalhado ao longo do bimestre,

Com uma boa organização da Coordenação Pedagógica, trabalhos podem ser realizados na sala de informática em algumas horas de ATPC, a ideia é que por iniciativa da Direção da Escola seja feita a contratação de Professor de informática, ou entre os professores, buscar voluntários que tenham conhecimentos básicos de informática, para passar aos demais colegas o mínimo de informação em relação a recursos digitais com o intuito de melhor amparar os alunos, procurando verificar qual melhor recurso para utilizar com os mesmos.

A partir do momento em que os professores se familiarizam com as ferramentas tecnológicas, os mesmos ficarão mais seguros, dessa forma desenvolvendo a melhor didática de ensino para os alunos. Após os professores se adaptarem a essas ferramentas, os mesmos terão mais criatividade em desenvolver os trabalhos.

Outra possibilidade de melhoria no uso da sala de informática poderia ser as oficinas para os alunos, principalmente os jovens matriculados no Ensino Médio, pois os mesmos estão acabando o ensino regular e irão começar a vida profissional. Muitos alunos terminam o Ensino Médio e procuram oportunidades de trabalho em cidades maiores, com o objetivo de ter uma vida mais confortável.

A construção de indústrias em Adrianópolis é uma possibilidade dos jovens continuarem na região, mas para isso é necessário dar oportunidade de aprendizado aos mesmos, as oficinas poderiam acontecer em horário contrário de aula, e aos finais de semana.

Nessas oficinas os alunos aprenderiam a manusear softwares utilizados na área administrativa, a fim de se habituar aos conhecimentos básicos e aprender a utilizar a internet para fins profissionais, é claro que somente conhecimentos básicos sobre informática não é o suficiente para conseguir um trabalho dos sonhos, mas é um início para aqueles que realmente querem buscar outras oportunidades maiores, incentivando os mesmos a seguir outros caminhos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através das pesquisas foram encontradas informações relevantes em relação à Inclusão Digital no Brasil, é vista que são muitos projetos que dão oportunidades não só a jovens, mas para toda população, alguns desses projetos funcionam tão bem que são criados vários pontos para atender a todos, mas outros não são tão bem estruturados, simplesmente extinguindo-se. É visível também que conforme os anos vão passando a população (principalmente a de baixa renda) tem mais acesso a Tecnologia de Comunicação e Informação, dessa forma havendo mais igualdade digital, uma vez que todos têm a mesma oportunidade de utilizar ferramentas e recursos digitais.

É considerável o aumento da população que utiliza recursos digitais, e isso não é diferente até mesmo em pequenas localidades, essa é a realidade da cidade onde ocorreu a pesquisa de campo, que apesar de ser um município sem grandes recursos econômicos e com uma população pequena, verifica-se que existe o mínimo de recursos digitais, popularizando o uso da tecnologia disponibilizada no âmbito escolar, através do Programa ACESSA Escola.

É notável também que os recursos digitais disponíveis no âmbito escolar em algumas situações não são utilizados de forma que contribua para o ensino-aprendizagem do aluno, alguns docentes se esforçam para inserir tais ferramentas em disciplinas lecionadas de forma tradicional, mas, os mesmos não tem orientação sobre o básico da informatização, isso desestimula o professor a continuar com essa inserção. É vista que não existe nenhum trabalho onde o professor é estimulado a utilizar as novas mídias de informação e comunicação, frustrando até mesmo aqueles que são idealistas.

Enquanto não haver a inserção de ferramentas digitais nas disciplinas tradicionais, professores não poderão desenvolver atividades mais completas, dessa forma atrasando o desenvolvimento do aluno, que poderia, no ambiente escolar fazer uso frequente de meios tecnológicos, e desenvolver habilidades comuns para jovens em idade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ações Governamentais em Inclusão Digital – Análise de Utilização do FUST
Ministério das Comunicações, Secretaria de Telecomunicações, Departamento de
Serviços e de Universalização de Telecomunicações.

Agência Brasil – Programa Brasileiro de Inclusão Digital. Disponível em
<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2004-08-04/saiba-mais-sobre-programa-brasileiro-de-inclusao-digital>>. Acesso em 20 de out. 2013

BONILLA, Maria Helena Silveira. Políticas Públicas para Inclusão Digital nas Escolas
– Junho, 2010.

Convergência digital –

<<http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=34192&sid=14#Um0s4ftTvDc>> - Acesso em: 14 out. 2013.

COSTA, Angela Maria Plath da. (UFRGS) – A Inclusão Digital na Escola Pública – III
Encontro Nacional sobre Hipertexto – Belo Horizonte, MG – 29 a 31 de outubro de
2009.

DODT, Liana Cristiana Vilar. FREIRE, Lygia de Azevedo. SOUSA, Crissie Teixeira.
RIOS, Riverson. Inclusão Digital e Acessibilidade no Brasil – Julho, 2010.

GARCIA, Daniel Caixeta Queiroz. Inclusão Digital no Brasil. Disponível em -
<http://www.slideshare.net/Daniel_MG/incluso-digital-no-brasil-presentation>.
Acesso em: 13 de out. 2013

GESAC - <<http://www.gesac.gov.br/>> - Acesso em: 13 de out. 2013.

Histórico do PROINFO no Rio Grande do Norte - Disponível em -
<http://www.ifesp.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/seec/programas/gerados/historico_proinfo.asp>. Acesso em: Acesso em 06 out. 2013

HP Brasil e Abrinq ampliam a Garagem Digital – Disponível em -
<<http://www.novomilenio.inf.br/ano03/0304d005.htm>> - Acesso em: 12 out. 2013.

IBGE Cidades – São Paulo >> Ribeira-SP>> Síntese de informações – Disponível em –
<<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=354280&idtema=16&search=sao-paulo|ribeira|sintese-das-informacoes>> Acesso em: 15 set. 2013

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Resultados e Metas Disponível em
<<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=277246>> Acesso em: 10 nov. 2013

LEAL, Sayonara e BRANT, Sandra. Políticas de Inclusão Digital no Brasil: a experiência da formação dos monitores dos telecentros GESAC – Março, 2012.

Manual Blue Talk on line – Disponível em - <<http://suporteinternet.acessaescola.sp.gov.br/bluetalk/>> Acesso em: 05 de out. 2013.

Mapa da Inclusão Digital/Coordenação Marcelo Neri – FGV, CPS, 2012.

MSTech – Educação, Tecnologia e Inclusão Digital – Disponível em - <<http://www.mstech.com.br/AreaAberta/mstech.aspx>> - Acesso em: 05 out. 2013.

MORI, Cristina Kiomi. Políticas públicas para inclusão digital no Brasil: aspectos institucionais e efetividade em iniciativas federais de disseminação de telecentros no período 2000-2010 – Brasília, 2011.

MESQUITA, Denise do Socorro Costa Tavares. Um estudo teórico sobre a Gestão do Conhecimento e a Inclusão Digital no Brasil: apresentação dos casos Rede Piá e Navegapará como exemplos de aplicação – Florianópolis, 2011.

NEVES, Barbara Coelho. GOMES, Henriette Ferreira. A inclusão digital e o contexto brasileiro: uma experiência nos domínios de uma universidade. Julho, 2008.

Portal ACESSA Escola – Disponível em -
<<http://acessaescola.fde.sp.gov.br/Public/Index.aspx>>. Acesso em: 29 set. 2013

Portal ACESSA São Paulo – Disponível em –
<<http://www.acessasp.sp.gov.br/sobre-o-acessasp/>>. Acesso em: 06 out. 2013.

Programa de Qualidade da Escola – Boletim da Escola – Disponível em
<<http://idesp.edunet.sp.gov.br/arquivos2012/014312.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2013.

Programa 1008 Inclusão Digital. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria de Orçamento Federal - Mapeamento das Ações Orçamentárias Integrantes da Lei Orçamentária para 2009.

Resolução 037 de 25/04/2008 – Institui o Programa ACESSA Escola – Res. SE nº 143/02, á pag. 115 do vol. LIV – Decreto nº 52.756/08.

REZENDE. Luciano Galdino de Melo. Inclusão Digital – Um desafio para o Brasil.

Síntese das Informações de Ribeira (SP) – Disponível em -
<<http://informacoesdobrasil.com.br/dados/sao-paulo/ribeira/>> - Acesso em: 19 out. 2013.

SCHWARZELMÜLLER, Anna F. Inclusão Digital: Uma abordagem alternativa – Julho, 2005.

Sindicato Rural em parceria com prefeitura promove Inclusão Digital – Disponível em
<<http://www.fatimadosul.ms.gov.br/noticia/sindicato-rural-em-parceria-com-prefeitura-municipal-promove-curso-de-inclusao-digital-em-culturama/287>> - Acesso em: 13 out. 2013

TAKAHASHI, Tadao (Org.) - Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000.

TAVARES, Neide Rodriguez Barea. História da informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos – Agosto, 2001.

Wikipédia – Ribeira (São Paulo) – Disponível em -

<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeira_\(S%C3%A3o_Paulo\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeira_(S%C3%A3o_Paulo))> - Acesso em: 20 set. 2013

APÊNDICE A
ROTEIRO DE ENTREVISTA - ALUNO

Série: _____ **Idade:** _____

1. Mora na zona?

Rural Urbana

2. Você possui computador em casa?

Sim Não

2.1. Se possui, tem acesso a internet?

Sim Não

3. Você costuma utilizar o computador para auxiliar em suas atividades escolares?

Raramente Frequentemente
 Nunca Sempre

3.1 - Caso utilize, aponte os recursos utilizados com mais frequência:

Internet Digitação
 Jogar Outros.

Quais? _____

4. Em que locais você possui acesso ao computador?

Em casa Escola
 Curso de informática ou *lan house* Na casa de amigos ou parentes
 De outra forma? Qual?

R.: _____

Não possuo acesso ao computador

4.1. Se a resposta da anterior for escola, como você considera a conexão da internet?

Péssima Ruim Razoável

- Boa Excelente

5. Com que frequência você acessa à internet?

- Todo dia Algumas vezes na semana
 Raramente Não possuo acesso

6. Você possui correio eletrônico (e-mail)?

- Sim Não

7. O que costuma acessar quando está navegando na rede?

- e-mails
 Sites de busca e pesquisa , exemplo: Google
 Sites de relacionamento (Facebook, *Twitter*)
 Jogos
 Outros.

8. Qual dessas mídias você utiliza mais:

- pen drive* CD
 DVD Outros.

Quais? R.: _____

9. Com que frequência você utiliza o laboratório de informática de sua escola?

- Sempre As vezes.
 Raramente Nunca

10. Considera importante aprender utilizando como ferramenta o computador e seus recursos?

- Sim Não.

Porquê? R.: _____

APÊNDICE B
ROTEIRO ENTREVISTA - PROFESSOR

Professor (a): _____

Disciplina(s) que leciona: _____

Quantos anos? _____

1. Você possui computador em casa?

Sim Não

2. Tem acesso a Internet

sim não

3. Se a resposta for não. Você utiliza o computador e acessa a internet na escola? Acessa de outro local?

R.: _____

4. Você utiliza computador para auxiliar em suas aulas?

Raramente Sempre
 Nunca Frequentemente

5. O computador da escola que o professor tem acesso é de fácil disponibilidade?

R.: _____

6. A escola na qual trabalha, dispõe de infraestrutura para o ensino das aulas no laboratório de informática? Aponte os prós e contras:

R.: _____

7. Com que frequência trabalha com seus alunos no laboratório de informática e que recursos são utilizados?

R.: _____

8.1. Os alunos colaboram com as atividades desenvolvidas no laboratório de informática?

R.: _____

8.2. Cite pelo menos um *software* educativo que conhece, e se já trabalhou em sala de aula com algum.

R.: _____

9. Em sua opinião, o que está faltando para uma maior acessibilidade às ferramentas tecnológicas, como o computador na escola?

R.: _____

10- A participação dos professores em cursos e oficinas que auxiliam e orientam quanto à utilização dos recursos computacionais seria importante? E a disponibilidade para participar dos mesmos?

R.: _____

11- Tem algum comentário sobre as formas de inclusão digital nas escolas? Alguma sugestão?

R.: _____

APÊNDICE C
QUADRO DE ENTREVISTA – PROFESSOR

Perguntas	Respostas		
	Professores de Português	Professores de História	Professores Arte/Matemática
1. Você possui computador em casa?	Sim	Sim	Sim
2. Tem acesso à internet?	Sim	Sim	Sim
3. Se a resposta for não, você utiliza o computador e acessa a internet na escola? Acessa de outro local?	—	—	—
4. Você utiliza computador para auxiliar em suas aulas?	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Raramente ▪ Sempre 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sempre ▪ Sempre 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Frequentemente ▪ Frequentemente
5. O computador da escola que o professor tem acesso é de fácil disponibilidade?	<ul style="list-style-type: none"> ▪ — ▪ Sim, mas não tem acesso internet. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim, mas antes tínhamos computadores na sala dos professores era muito bom para pesquisa individual e para preparar aulas. ▪ Tem computadores mais sem conexão com a internet na sala dos professores. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim, mas nem sempre funciona. ▪ Não
6. A escola na qual trabalha, dispõe de infraestrutura para o ensino das aulas no laboratório de informática? Aponte os prós e contras:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim, demanda horário, a sala nem sempre está disponível. ▪ Sim, algumas vezes a internet falha. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sim, nossa infraestrutura tecnológica é ótima e espera-se que melhore sempre. ▪ Sim, tem uma sala bem equipada, mas é difícil encontrar horário vago. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O laboratório tem uma boa infraestrutura, mas a internet não é boa. ▪ Sim, mas demanda de horário.

<p>7. Com que frequência trabalha com seus alunos no laboratório de informática e que recursos são utilizados?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Com pouca frequência. • Sempre que necessário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho muito pouco, preciso usar mais o laboratório, pois as aulas ficam mais atrativas, e os alunos assimilam melhor o conteúdo. • Sempre, usamos o Google para finalidade de pesquisas relacionada aos temas trabalhados. 	<ul style="list-style-type: none"> • Raramente. Uso a internet. • Raramente. Pesquisa na internet
<p>7.1 Os alunos colaboram com as atividades desenvolvidas no laboratório de informática?</p>	<ul style="list-style-type: none"> • _____ • Se o professor realmente estiver preparado para essa aula sim, se não é só para passar tempo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Muito. Os alunos gostam muito, acho alguns professores inclusive eu, preciso explorar melhor essa ferramenta. • Sim, alguns têm dificuldade e precisam de auxílio. 	<ul style="list-style-type: none"> • Na maioria das vezes sim. • Sim
<p>8. Cite pelo menos um software educativo que conhece, e se já trabalhou em sala de aula com algum.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Áudio • Utilizo o Word para trabalhar edição de textos. 	<ul style="list-style-type: none"> • www.editoramoderna.com.br • Gosto do Infoescola e revista escola. 	<ul style="list-style-type: none"> • _____ • Word
<p>9. Em sua opinião, o que está faltando para uma maior acessibilidade às ferramentas tecnológicas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Treinamento • O número de 	<ul style="list-style-type: none"> • Os professores deixarem de serem analifabetos digitais, pois ainda temos 	<ul style="list-style-type: none"> • _____ • _____

<p>como o computador na escola?</p>	<p>alunos por sala é excessivo para pouco número de computadores.</p>	<p>alguns professores que sentem dificuldades em usar essas novas tecnologias. Mais computadores, melhorar rede de internet. É preciso que o gestor tenha uma visão moderna sobre a inserção das TICs no espaço escolar onde todos possam usufruir os mesmos, interagindo trocando conhecimentos.</p> <ul style="list-style-type: none"> Habilitar a conexão de internet na sala dos professores, pois facilitaria para nós. 	
<p>10. A participação dos professores em cursos e oficinas que auxiliam e orientam quanto à utilização dos recursos computacionais seria importante? E a disponibilidade para participar dos mesmos?</p>	<ul style="list-style-type: none"> _____ Sim, pois ainda encontro dificuldades. 	<ul style="list-style-type: none"> Sim, pois aprender faz parte da nossa condição de professor. Sim, ajuda bastante, somente nos sábados. 	<ul style="list-style-type: none"> _____ _____